

Onde Vivemos, O que Necessitamos

8º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

Bruxelas, 15 – 16 Maio 2009



Presidência Checa da União Europeia 2009

8º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

Bruxelas, 15 – 16 Maio 2009

Onde vivemos...
O que necessitamos



Pobreza é...	04
Sumário Executivo	06
Os Encontros Europeus, um processo participativo	11
Onde Vivemos	15
Alguns Exemplos	
Habitação	18
Serviços Básicos	20
Inclusão Financeira	23
Sessão de Abertura	26
Workshops	
Habitação	31
Serviços Básicos	34
Inclusão Financeira	39
Mensagens dos Workshops	43
Um diálogo	47
Sessão de Encerramento	49
Objectivos 2010	58
Lista de Participantes	62



... Dependem das decisões de pessoas irresponsáveis, ignorantes, sem cultura, não cumprindo elas próprias as leis. É ter os nossos direitos humanos desrespeitados.

... Eu costumava ter vida. É legítimo viver, não apenas sobreviver.

... Viver na pobreza material significa que nos roubaram o nosso presente. E que nos estão a roubar o nosso futuro, mantendo-nos afastados da sociedade do conhecimento.

... O aluguer do apartamento não é caro. Tudo o resto é que caro.

... Há trabalho compensador – trabalho que é pago e reconhecido pela sociedade; mas há também trabalho que é desvalorizado – trabalho que é realizado para ajudar uma família em dificuldades.

... Cada serviço quer os mesmos documentos. E de cada vez, mais fotocópias...

... Se não temos acesso ao conhecimento, não temos raízes.

... É difícil falar, mas quando comecei a falar como outras pessoas, senti-me igual a elas, deixei de ter vergonha.

... Viver na pobreza é viver numa pressão constante. É esgotante. Ninguém me preparou para viver em condições tão difíceis.

... Temos que deixar de ser apenas danos colaterais.

... Recebia regularmente, mas, mesmo assim, as minhas dívidas foram aumentando. Trabalho 1 a 3 meses e o meu dinheiro é logo penhorado.

... Acordar numa casa sem condições de habitabilidade, afasta qualquer vontade de fazermos alguma coisa.

... Porque é que as pessoas que tratam de vacas e porcos são ajudadas financeiramente pela União Europeia e as que têm a cargo familiares e/ou dependentes não recebem qualquer ajuda?

... Para obtermos os nossos direitos temos que provar que somos pobres. As prestações sociais são uma forma de manter as pessoas caladas.

... A porta do desespero está bem aberta. É necessário um rendimento mínimo e um salário mínimo.





Onde vivemos...

Este ano, sob os auspícios da Presidência Checa, o Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza teve como tema “Onde vivemos, o que necessitamos”, abordando especificamente problemáticas como a habitação, os serviços básicos e a inclusão financeira.

No seu discurso de abertura, Marian **HOŠEK**, Ministro Parlamentar da Política Social, dos Serviços Sociais e da Família, da Presidência da República Checa, salientou que muitas pessoas foram afectadas pela exclusão financeira e que as grandes vítimas do sobreendividamento foram os grupos os mais vulneráveis. Para o Ministro, uma das respostas a esta situação passa pela educação de gestão financeira nas escolas. Marian Hosek referiu igualmente, o acesso à habitação e o apoio ao arrendamento. Este último é frequentemente assegurado pelos serviços sociais, que fazem parte dos serviços básicos, e que devem ser garantidos para todos, através de uma qualidade de prestação que deve confluir para a autonomia e independência das pessoas.

Na sua alocução, Eva **SZARVAK**, delegada ao 7º Encontro, começou por recordar que a crise financeira afecta todos os Estados-membros. O resultado traduz-se num aumento do número de famílias que vivem em situação de pobreza devido à perda do emprego, da habitação e de um rendimento. Eva Szarvak enfatizou, igualmente, a importância dos Encontros Europeus como “o único fórum, onde os problemas e as experiências daqueles que vivem em situação de pobreza são ouvidos e compreendidos”. Reforçou, igualmente, a

necessidade de uma luta conjunta contra a pobreza.

Precisamos de ...

Uma Europa Social forte

Os delegados do 8º Encontro afirmaram que queriam mais Europa, mas apenas se fosse uma Europa mais social, mais próxima dos cidadãos, utilizando o diálogo na construção de um novo modelo para a sociedade. Os delegados insistiram para que as acções empreendidas a nível europeu, em linha com as recomendações dos Encontros Europeus, fossem mais visíveis. Reforçaram, igualmente, que era particularmente penoso constatar que a luta contra a pobreza permanecia ainda como uma prioridade europeia. Referiram que, em muitos casos, o impacto e as reacções à crise económica colocam uma pressão insuportável sobre aqueles que já carregavam o “pesado fardo” da pobreza e da exclusão social.

Habitação

Os delegados apelaram para que a UE seja mais activa em garantir que qualquer pessoa tenha acesso a uma habitação digna e a preços acessíveis. Congratularam-se com a decisão do Conselho EPSCO em adoptar “o fenómeno dos sem-abrigo e da exclusão habitacional” como temas centrais para o Método Aberto de Coordenação aplicado à Protecção Social e à Inclusão Social, em 2009. Esperavam que este facto produzisse um ímpeto nos Estados-membros para abordar a falta de habitação e as dificuldades no acesso a uma habitação economicamente aceitável, situação que



está a causar cada vez mais a pobreza e a aumentar o número de sem-abrigo. Isto deve ser articulado com medidas concretas e urgentes direccionadas aos sem abrigo e medidas, para combater as más condições habitacionais a que estão sujeitas as pessoas com baixos rendimentos. Esperam, ainda, que este enfoque temático conduza a propostas políticas e acções que combatam estas realidades.

Os delegados “já não podem esperar mais”, uma vez que a situação já é de emergência. Propõem **acção urgente** para abordar as necessidades inadiáveis de habitação, como por exemplo, requisitando casas desocupadas ou exigindo que os proprietários aluguem habitações que se encontram vazias. Destacaram o escândalo das casas que não se encontram habitadas, nos pequenos municípios e aldeias e que potenciam a desertificação destes locais, transformando-os em cidades fantasmas. Como consequência, os serviços básicos estão a desaparecer e as pessoas são forçadas a mudarem para zonas urbanas onde a sua chegada resulta numa maior pressão sobre serviços existentes, já de si sobrecarregados.

Os delegados insistiram no facto do acesso a uma habitação digna ser particularmente difícil para os **imigrantes e as comunidades ciganas**, dizendo que se sentiam profundamente chocados pelas práticas utilizadas, em muitos países, que visam a expulsão destas comunidades dos locais pobres lugares que ocupam, sem lhes oferecerem alternativas viáveis ou agrupando-os discriminatoriamente em zonas afastadas, onde apenas existem serviços mínimos.

Perante esta realidade, a União Europeia deve reagir e garantir o respeito dos direitos fundamentais por parte de todos os Estados-Membros. A UE deve assegurar, igualmente, que estas acções apoiem os Estados-Membros de forma a aumentarem a sua oferta de **habitação social** e a utilizar os **Fundos Estruturais** para esse efeito.

Serviços Básicos

Relativamente aos serviços básicos, os delegados pediram que o acesso à energia seja reconhecido como um direito fundamental. **A energia é um bem essencial** que exige uma resposta pública e não privada. Apenas desta forma o fornecimento contínuo e a preços acessíveis pode ser garantido para todos. Os delegados acolheram favoravelmente o reconhecimento da pobreza energética, no novo Pacote Europeu da Energia, e a necessidade de estabelecer Planos de Acção nacionais para se combater este problema. Querem saber como isto se irá realizar, a fim de garantir que sejam tomadas medidas eficazes para combater os preços elevados da energia, os rendimentos baixos ligados a um fornecimento energético eficaz, e como as ONG e as pessoas em situação de pobreza serão implicadas no processo de monitorização.

Do mesmo modo, confirmaram que a **água tem que permanecer um bem público**. Os delegados querem viver num ambiente sustentável e propõem que as energias alternativas sejam consideradas como um sector de criação de emprego. **A produção de energia alternativa deveria estar ligada às comunidades locais e**



proporcionar oportunidades de emprego para as pessoas que vivem nestas comunidades, incluindo formações dirigidas às pessoas que se encontram afastadas do mercado de trabalho há muito tempo (**desempregados de longa duração**). A reciclagem de lixos é igualmente, uma área susceptível de produzir emprego que poderia ser desenvolvida com as comunidades locais e as empresas da economia social. **Transportes públicos eficazes, a preços acessíveis, serviços sociais locais e de proximidade** (infantários e centros de saúde), o acesso à **informação sobre direitos, serviços sociais que têm em conta as opiniões dos seus utentes**, são factores que garantem que os serviços prestados vão ao encontro das necessidades locais. O problema específico do encerramento dos serviços nas zonas rurais foi também destacado.

Os delegados pedem que **uma avaliação do impacto da liberalização e da privatização dos serviços de interesse geral** seja conduzida a nível europeu, incluindo também os serviços sociais; esta avaliação deverá incidir sobre a qualidade, a acessibilidade e o custo destes serviços. A Carta Europeia dos Direitos dos Consumidores de Energia é crucial mas, devem ser tomadas medidas de modo a avaliar se os Estados-Membros a difundem amplamente aos níveis nacional, regional e local e avançam para um quadro europeu vinculativo dos serviços de interesse geral. Isto é essencial para garantir estes direitos essenciais como um equilíbrio às liberdades do mercado.

Inclusão Financeira

Para muitas das delegações, a inclusão financeira foi um ponto central. Numerosas famílias e indivíduos estão a sucumbir ao sobreendividamento. A falta de acesso a uma conta bancária, bem como a formas legais de crédito, com taxas de juro baixas, agravam as situações e levam muitas pessoas a recorrerem a usurários que praticam taxas de juros exorbitantes. O combate a estas situações passa pelo direito a uma **conta bancária para todos, por estruturas de empréstimos éticas (uniões de crédito) e pelo microcrédito**, que constituem respostas, do mesmo modo que a educação ao nível da gestão de orçamento.

A principal reivindicação dos delegados é analisar as causas da dívida que residem normalmente no facto de se ter um rendimento insuficiente para cobrir o custo de bens e serviços. A solução reside, por conseguinte, no estabelecimento de estruturas de rendimento mínimo adequado e acessível em todos os Estados-Membros, um rendimento decente que permita às pessoas viver dignamente e não apenas sobreviver. A esse respeito, foi avançada uma forte exigência: que a **União Europeia assegure o acompanhamento e os compromissos assumidos na Recomendação sobre Inclusão Activa, incluindo os esquemas de rendimento mínimo**. A consulta actual sobre a inclusão financeira foi também favoravelmente acolhida, tendo os delegados apontado que a União Europeia deve progredir, paralelamente, **no reconhecimento dos serviços financeiros como serviços de interesse geral, e na garantia do direito a uma**



conta bancária a um custo acessível, bem como, o recurso ao crédito com uma taxa de juro baixa, através de um quadro legal comum a nível da União Europeia.

Participação

Para além destas reivindicações, os delegados partilharam informação sobre os desenvolvimentos, nos seus respectivos países, relativamente aos temas debatidos. Os delegados querem ser **actores na elaboração e implementação das políticas contra a pobreza**. A sua proposta passa pela **redução do fosso entre as políticas económicas e sociais** e medir o impacto de todas as políticas no acesso aos direitos sociais. **2010, Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social** deve ser um ano forte em que as pessoas em situação de pobreza sejam ouvidas e os seus pontos de vista sejam seriamente tidos em conta. Deve obter-se um progresso real de modo a que “nascer pobre não seja uma sentença perpétua”.

Apresentando soluções

Para o Sr. SPIDLA, Comissário Europeu para o Emprego, os Assuntos Sociais e a Igualdade de Oportunidades, não há outra opção senão continuar a avançar para uma Europa mais igualitária. Para ele, no actual contexto, é necessário apoiar os grupos mais vulneráveis. Nos próximos meses haverá um forte aumento da protecção social. Mas é difícil avaliar o custo humano da crise. É essencial, acrescenta, fazermos todos os esforços que permitam que todas as pessoas possam participar na sociedade.

O rendimento mínimo é importante mas não é suficiente. O acesso à habitação continua a ser precário. Não há acesso aos serviços bancários básicos. É necessário, por conseguinte, colocar a tónica na habitação, na formação e na inclusão financeira. O Sr. Spidla referiu, igualmente, que é necessário concertar a luta contra a pobreza e a redução dos diferenciais entre os Estados-Membros. 16% dos Europeus vive em condições difíceis, mais de 40% na Polónia, Letónia e na Lituânia. Acrescentou, dizendo que as políticas de luta contra a pobreza devem inscrever-se nas outras políticas (*mainstreaming*).

A Sra. WEINANDY, do Comité da Protecção Social, evoca em primeiro lugar o que o Sr. Vignon, Director da Comissão, declarou: “a dimensão social não pode ser construída apenas por políticas sociais”. É portanto importante, avaliar o impacto social de todas as políticas. Perante o desapontamento de alguns delegados relativamente à falta de progressos visíveis, a Senhora Weinandy recorda que no seguimento do 7º Encontro, o Comité de Protecção Social fez da habitação o tema do ano 2009, que incentiva os Estados-Membros a comunicar até Junho de 2009 o que estão a fazer ou fizeram nesta matéria. O objectivo é desenvolver uma política comum. Quanto ao rendimento mínimo para todos e em todos os Estados Membros, o Conselho de Dezembro de 2008 adoptou os princípios da Inclusão Activa que incluíram o pedido de garantir um Rendimento Mínimo compatível com a dignidade humana. “Os progressos são às vezes lentos mas foram encetados verdadeiros esforços para seguir as recomendações provenientes destes Encontros. Mas o problema é que



os pobres não podem esperar”, afirmou a Senhora Weinandy.

Ludo HOREMANS, Presidente da EAPN apresentou o impacto das recomendações do 7º Encontro. Em particular, falou das recomendações e princípios adoptados sobre Inclusão Activa e que incluem a recomendação sobre um rendimento mínimo adequado, de forma a permitir que as pessoas vivam em dignidade. Falou, igualmente, dos trabalhos do Parlamento Europeu sobre os Serviços e a recomendação para uma directiva sobre os serviços de interesse geral. Sublinhou ainda, que o tema central do ano 2009 para o MAC é o fenómeno dos sem-abrigo e a exclusão ao nível da habitação, recomendações saídas do 7º Encontro.

Destacou também o quanto os Encontros Europeus serviram de catalisador e têm gerado encontros similares a nível nacional, envolvendo centenas de pessoas que têm a experiência directa da pobreza. Relativamente a estas evoluções positivas,

e no que diz respeito ao quadro de trabalho europeu, estes progressos são insuficientes para produzir um impacto no terreno e gerar mudanças positivas na realidade da pobreza e desigualdade, nos Estados-Membros da União Europeia.

A importância da Mesa Redonda foi recordada pelo Sr. Czeslaw WALEK, Secretário de Estado para os Direitos do Homem e as Minorias Nacionais da República Checa, que se comprometeu a apresentar as conclusões do Encontro, na Suécia, em Outubro de 2009. Confirmou, igualmente, que a Presidência Checa vai promover a participação das pessoas em situação de pobreza na luta contra a pobreza.

Embora os delegados reconheçam que foram feitos esforços para seguir as recomendações procedentes dos Encontros precedentes, reclamam um sistema de relatório mais claro, sobre o processo de acompanhamento dos resultados entre os Encontros.

Os Encontros Europeus, um processo participativo



O Conselho Europeu de Lisboa (2000) acordou implementar uma Estratégia Europeia de forma a “produzir um impacto decisivo na erradicação da pobreza, na Europa, até 2010”; uma das estratégias adoptadas – a luta contra a pobreza e a exclusão social – constitui um elemento chave para avançar com este compromisso e **deve envolver todos os stakeholders, incluindo as pessoas que vivem em situação de pobreza.**

Os Encontros Europeus das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza são um processo que avança. O seu acompanhamento e preparação são objecto de trabalho sustentado dos delegados e das redes nacionais da EAPN em cada Estado-Membro.

O que reter dos encontros precedentes?

2001 O Governo Belga decidiu capitalizar na sua Presidência da União Europeia as experiências em participação que vinham a germinar desde 1994, organizando o 1º Encontro Europeu das Pessoas que Vivem em Situação de Pobreza, abordando quatro questões: **habitação, saúde, formação e rendimento.**

A conclusão essencial deste primeiro evento foi que, as pessoas que vivem em situação de pobreza tinham o **conhecimento e a competência para analisar os fenómenos da exclusão e a vontade de participar na sociedade e nas decisões que afectam as suas vidas.**

2003 Em 2002, o Governo Belga sugeriu

um 2º Encontro, iniciativa que viria a ser organizada pela Presidência Grega. A preparação foi confiada à EAPN mas houve pouco tempo para realizar um trabalho preparatório aprofundado, com as várias delegações. O tema escolhido recaiu sobre as **“boas práticas em matéria de participação”**. A preparação e os workshops produziram **tentativas para criar modelos de processos participativos e a exigência dos delegados: as pessoas que vivem em situação de pobreza querem ter a possibilidade de dialogar directamente com os decisores políticos sobre as medidas e políticas que os afectam.**

Respondendo a esta reivindicação, a Presidência Grega pediu ao Conselho de Junho para que os Encontros Europeus se tornassem um **processo contínuo**, à semelhança da Mesa Redonda sobre Inclusão Social.

2004 Sob a Presidência Irlandesa, a temática escolhida reflectiu as questões decorrentes do 2º Encontro, centrando-se no diálogo entre as pessoas que vivem em situação de pobreza e os decisores políticos, tendo como título: **“A participação como uma via de dois sentidos”**. Invertendo-se os papéis tradicionais, as **“autoridades” foram então consideradas como “convidados” das pessoas em situação de pobreza**, e interagiram directamente com os delegados nos debates dos workshops. O Encontro



encerrou com um **debate aberto entre as pessoas em situação de pobreza e um painel de decisores políticos**. Durante este evento foi produzido um DVD que constitui um instrumento largamente utilizado pelas redes nacionais da EAPN, para sensibilizar os decisores políticos nacionais e regionais.

- 2005** A Presidência do Luxemburgo optou por explorar **imagens e percepções da pobreza**. Foi dado um maior enfoque às produções visuais – *patchwork*, pinturas e fotografias – trazidas pelas pessoas que vivem em situação de pobreza. Estas criações resultaram numa exposição apresentada na Mesa Redonda de Glasgow, tendo sido, igualmente, publicado um catálogo dos trabalhos. A Presidência Luxemburguesa demonstrou um profundo envolvimento levando uma forte mensagem ao Conselho dos Ministros de Junho, **convidando todos os países europeus a organizar este tipo de Encontro**.

Gradualmente, várias redes nacionais da EAPN começaram a organizar encontros semelhantes à escala nacional e/ou regional.

- 2006** Sob os auspícios da Presidência Austríaca, o trabalho preparatório englobou todos os aspectos da pobreza e da exclusão social em torno do tema «**Como enfrentamos o dia-a-dia?**». O trabalho preparatório efectuado pelos delegados revelou **a pro-actividade e a energia das pessoas em situação de pobreza**, assim como

o seu **dinamismo**. Cada delegação preparou um *poster* e apresentou-o em sessão plenária. Este foi um dos momentos mais marcantes e inesquecíveis do 5º Encontro. Os *posters* foram expostos na Mesa Redonda, na Finlândia, em vários locais da Comissão Europeia, em Abril de 2007, e no primeiro Encontro Nacional de Pessoas em Situação de Pobreza no Reino Unido, em Julho de 2007. A avaliação do 5º Encontro apontou a necessidade de fazer um ponto de situação dos cinco primeiros Encontros.

- 2007** O 6º Encontro, durante a Presidência Alemã, decidiu canalizar esta prioridade e escolheu como tema «**Progressos alcançados, passos futuros**». Nos dias 4 e 5 de Maio de 2007, 130 delegados de 27 países e 97 representantes de instituições europeias e nacionais encontraram-se em Bruxelas. Delegados e convidados deram expressão visual ao tema do Encontro através de objectos simbólicos. Sem minimizar os progressos alcançados no domínio social, os delegados enfatizaram que o objectivo de erradicar a pobreza até 2010 não é realista, quando há sinais evidentes de um aumento deste fenómeno. O 6º Encontro mostrou claramente que os processos participativos potenciam e aumentam o **empowerment**. Foi ainda assinalado um aumento da cooperação entre associações e autoridades públicas, e a exigência



da existência de um diálogo contínuo a nível nacional.

2008 O 7º Encontro Europeu, organizado sob os auspícios de Presidência Eslovena da UE e intitulado: **“Quatro pilares na luta contra pobreza”**, centrou-se em quatro temas: **serviços sociais, serviços de interesse geral, habitação e rendimento mínimo**. Estes quatro elementos foram escolhidos porque constituem quatro domínios importantes na luta contra a pobreza e a exclusão social. O Encontro reuniu 124 participantes que viviam ou viveram em situação de pobreza, vindos dos Estados-

Membros da UE, e um número aproximado de representantes dos governos nacionais, da Comissão Europeia, de organizações não governamentais europeias e os parceiros sociais.

2009 Para o 8º Encontro, a preparação centrou-se: **“onde vivemos, o que necessitamos”**. Foram abordados três temas: a habitação, os serviços básicos e a inclusão financeira.

Os resultados do trabalho preparatório, assim como os intercâmbios centrados nestes temas são retomados no presente relatório.





Durante as reuniões de preparação do Encontro, os delegados falaram/debateram sobre o local onde viviam: muitos numa grande cidade, outros numa pequena cidade ou aldeia, ou mesmo num acampamento ou num centro de acolhimento. De seguida, inclui-se a informação resultante deste trabalho preparatório.

Grandes cidades

Nas grandes cidades o mercado privado de arrendamento é caro e a habitação social é insuficiente. O acesso às lojas comerciais é fácil, mas o preço dos alimentos é elevado. Como resposta a esta situação, em certos países, foram criadas mercearias sociais. Contudo, estes espaços continuam a ser estigmatizantes e alguns “clientes” não querem ser vistos nestes locais.

Relativamente ao acesso à saúde, em certos Estados, as pessoas em situação de pobreza beneficiam de um cartão médico de acesso aos cuidados de saúde mas que não cobre todos os tratamentos. Além disso, certos médicos recusam ou evitam tratar doentes titulares destes cartões.

Ainda que nas grandes cidades a rede de transportes públicos seja boa, o seu preço é elevado. Os espaços culturais presentes em grande número são, frequentemente, inacessíveis em termos económicos.

O desemprego é, igualmente, um enorme problema nos grandes centros urbanos. Os pequenos trabalhos abundam mas são mal remunerados e muitas vezes pouco dignos.

As grandes cidades concentram as pessoas em situação de pobreza em bairros (guetos), normalmente situados na periferia. Nestas zonas, a habitação é degradada e os serviços públicos quase inexistentes. As infra-estruturas comunitárias são raras ou não existem, como por exemplo infantários, apesar de estes bairros acolherem, cada vez mais, famílias monoparentais.

Pequenas cidades – aldeias

Viver numa pequena cidade ou numa vila, é enfrentar ainda mais dificuldades. A maioria da habitação é propriedade privada e é muitas vezes inadequada como por exemplo, grandes casas antigas transformadas em apartamentos. Os empregos são escassos porque as pequenas fábricas desapareceram. Os transportes públicos são raros; muitas vezes os autocarros apenas circulam no centro da cidade, sem ligações para o exterior, ou então há apenas uma ou duas linhas de autocarro que fazem a ligação a uma grande cidade.

A maioria não tem centros de cuidados médicos e os serviços básicos vão fechando à medida que as populações se mudam para as grandes cidades. O resultado é um parque habitacional votado ao abandono e um envelhecimento da população com serviços de cuidados ao domicílio para as pessoas idosas, enquanto que os infantários são inexistentes.

A oferta escolar é básica. Prosseguir estudos significa ter de ir viver para uma grande cidade. Certas aldeias já nem sequer têm um estabelecimento escolar.

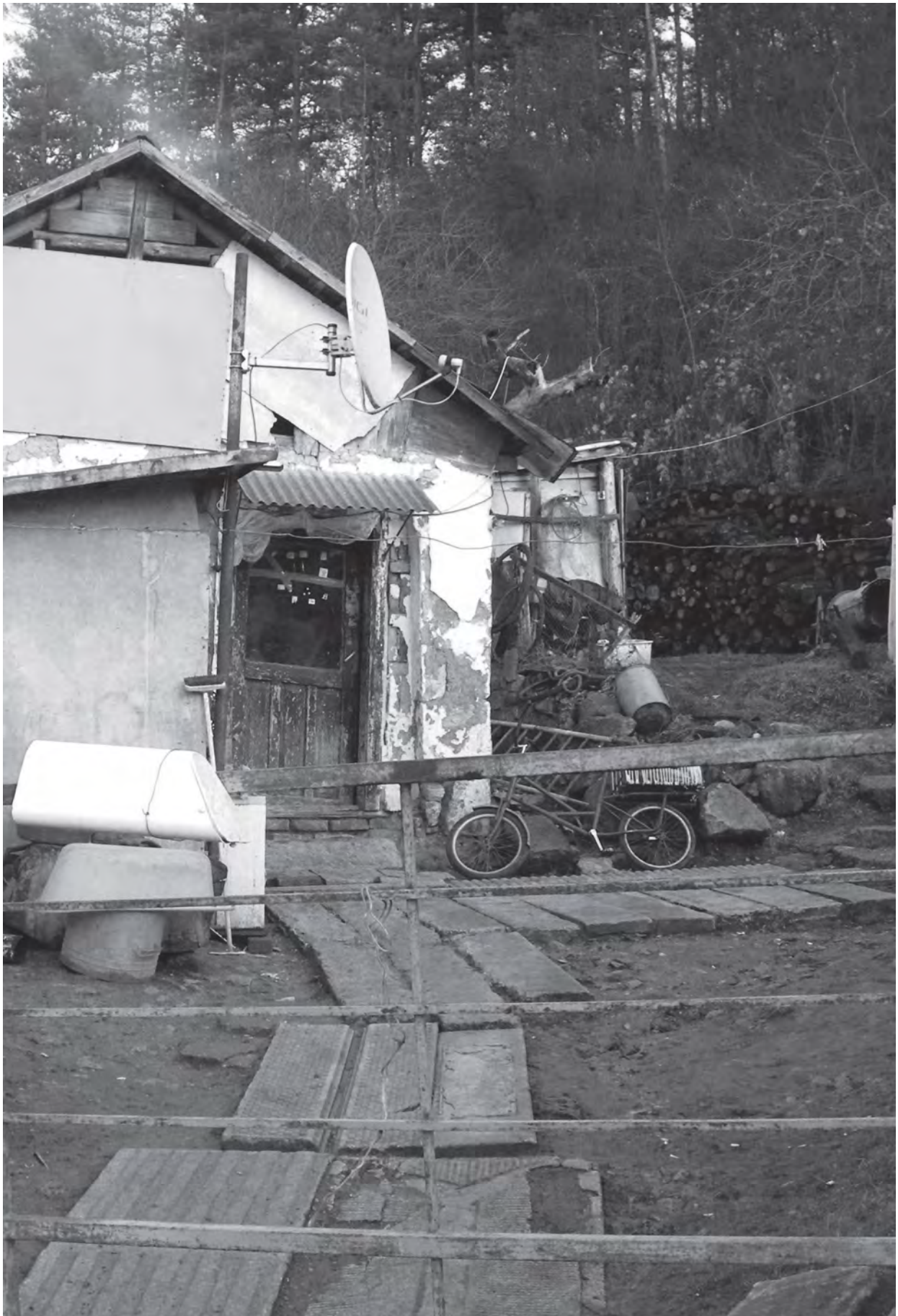


Acampamentos

A maioria das comunidades ciganas vive em acampamentos, às vezes formados por tendas e/ou barracas. Viver nestas condições é não viver com o mínimo de dignidade. Não há água corrente nem aquecimento. No inverno as crianças fazem os trabalhos de casa ao frio. Escrevem de luvas. Não há electricidade, não há limpeza das ruas, não há recolha do lixo, nem transportes públicos.

Centros de Acolhimento

As pessoas que vivem em centros de acolhimento têm problemas específicos. A vida em comunidade é difícil porque os problemas se concentram “num espaço limitado”. Além disso, os vizinhos deste tipo de estruturas são muito desconfiados relativamente aos residentes.





No seu trabalho de preparação, os delegados identificaram exemplos concretos de situações vividas relativamente à habitação, aos serviços básicos ou à inclusão financeira.

Habitação

Os delegados austríacos salientaram a qualidade medíocre dos abrigos de emergência. A sobrelotação destes espaços não permite ter privacidade. Os regulamentos são restritivos e os assistentes sociais nem sempre dão grande apoio. A falta de informação é evidente.

As pessoas deveriam poder ter em casa, um animal de estimação e levar amigos ao local onde vivem.

Os bons projectos no domínio da habitação são, frequentemente, desenvolvidos pelas ONG. No entanto, a lista de espera é longa para se conseguir ter uma “verdadeira” casa.

Para a delegação belga, é crucial consagrar meios financeiros ao *empowerment* das pessoas sem-abrigo e ao apoio às ONG que propõem soluções para as dificuldades de habitação.

Por outro lado os delegados consideram que é necessário desenvolver estratégias e planos de acção nacionais para descortinar os problemas de habitação. Lembram, igualmente, que a existência de um parque de habitação social é determinante numa estratégia em matéria de habitação. Para além disso, os Estados-Membros deveriam fixar objectivos em termos de percentagem do rendimento disponível consagrado à

habitação. E finalmente, as políticas de tributação deveriam dissuadir a existência de casas vazias bem como a especulação imobiliária.

As casas foram construídas na segunda metade do século XX, referem os delegados búlgaros. O problema mais importante é a energia para aquecimento (nos 8 meses de inverno). É impossível vender uma casa que se tornou demasiado grande. A maioria das casas não são funcionais nem estão em bom estado de conservação; os custos da sua manutenção são elevados. É por isso que as casas são abandonadas: foram construídas por uma geração e a geração seguinte tem que recomeçar tudo de novo em outro lugar. Isto conduz ao isolamento e à solidão.

As casas podem ser modernizadas mas as pessoas não têm dinheiro para a reparação; o mercado imobiliário entrou em colapso.

A delegação dinamarquesa constatou que certos proprietários não querem entrar em contacto com os seus inquilinos, não querem falar-lhes directamente. Não são feitas quaisquer melhorias nas suas propriedades. E a câmara diz que não pode conceder mais ajudas.

Na França, lamenta a delegação, os centros de acolhimento são isolados, encontrando-se na periferia das cidades. As pessoas que vêm de albergues têm dificuldades no acesso à habitação.

Os representantes gregos dizem que foram criados guetos constituídos por casas muito pequenas para 6-7 pessoas. As condições de higiene são agora melhores



e há mais crianças a frequentarem a escola. No entanto, os Gregos pedem uma nova escola, uma melhor regulação dos empréstimos bancários para proporcionar uma melhoria na qualidade da habitação e nas instalações desportivas.

A delegação italiana descreveu a vida difícil das comunidades ciganas que vivem em *roulottes* e caravanas, em parques nómadas de má qualidade. As condições de higiene são degradantes: não há água corrente, não há aquecimento nem instalações sanitárias. A sobrelotação gera tensões, não há privacidade. Não existe o sentimento de se poder ter sossego e descanso. É fatigante. As crianças têm pouca vida social, têm vergonha, sentem-se humilhadas. As mulheres trabalham arduamente para manter o espaço com alguma dignidade para viver. Não há esperança de um futuro melhor.

Os delegados do Luxemburgo relataram a falta de alojamento a preços acessíveis, a falta de habitação social, a exploração da habitação (arrendamento do colchão por proprietários de imóveis degradados), o aluguer de habitações insalubres e arrendamentos ilegais. É por isso que os luxemburgueses reclamam um controle dos alugueres e apoios à habitação.

A delegação maltesa, por seu lado, centrou-se no fenómeno dos sem abrigo, o qual pode traduzir-se na falta de acesso aos serviços básicos. Relembra igualmente, que o salário mínimo é muito baixo e não permite manter ou alugar uma casa. Desde a entrada de Malta na União Europeia, o preço dos imóveis subiu e não há regulamentação do mercado. Existe um programa do Estado de ajuda à construção de habitação e subsídios para recuperação/renovação de habitações

degradadas e insalubres. Contudo, estes esforços continuam a ser insuficientes para satisfazer as necessidades neste domínio, especialmente no que se refere às pessoas que auferem o salário mínimo.

Na Noruega, os delegados fizeram as mesmas constatações que outras delegações: o custo do aluguer é elevado, a aquisição de uma casa é difícil, o número de habitações sociais é insuficiente.

A realidade dos delegados da Polónia é que o acesso a todos os direitos depende de se ter uma residência permanente. Algumas famílias vivem em habitações insalubres, cheias de humidade e bafios. Como pode haver o mínimo de privacidade quando se vive num único quarto? A confusão cria dificuldades à educação das crianças: como se aborda determinadas questões com um adolescente com a presença de todas as crianças no mesmo quarto?

Na Espanha, descrevem os delegados, é igualmente difícil ter acesso a uma habitação digna. As más condições habitacionais provocam problemas de saúde física e psíquica, bem como a rejeição social. Há necessidade de garantir um serviço de mediação proprietário-inquilino e de desenvolver uma política de habitação adequada.

A delegação do Reino Unido descreve a triste realidade de habitação imprópria em edifícios sobrelotados, antigos hotéis "*Bed & Breakfast*". Alguns proprietários vivem no estrangeiro e não estão contactáveis, no caso de surgirem problemas. Outros, esperam os seus inquilinos à saída dos Correios, quando recebem as suas prestações, para lhes ficarem directamente com a renda. O gás e a electricidade são



sobrefacturados porque não existem contadores individuais. O tipo de pessoas que vive nestes alojamentos é diversificado: jovens, idosos, pessoas que sofrem de doenças mentais ou de deficiência, pessoas dependentes do álcool ou da droga, pessoas com sérias perturbações ou com comportamentos delinquentes e criminosos. Os delegados assinalam que foi criada uma associação a fim de ajudar as pessoas que vivem neste tipo de residências e melhorar as condições de habitabilidade.

Serviços básicos

Os delegados austríacos consideram o acesso à cultura como um serviço básico; mas é caro e há pouca informação. Além disso, o cartão da cultura não dá acesso a todas as ofertas culturais. Em contrapartida, há numerosas alternativas culturais e os jornais de rua difundem informação a este respeito. Ser pobre não quer dizer ser inculto ou sem interesses culturais. A mobilidade e o acesso aos transportes também condicionam a participação na vida cultural.

O serviço básico assinalado pela delegação da Bélgica foi o acesso à energia. Os delegados lamentaram a falta de informação sobre os fornecedores. Manifestaram também, o desejo da criação de um organismo independente para controlar os prestadores de serviços, bem como um serviço de mediação.

O direito à energia é um direito social fundamental. Portanto, deve ser levada a cabo uma reflexão em torno da criação de um bloco mínimo de fornecimento de energia. Devem ser tomadas medidas de modo a que, não mais do que 5% do rendimento das famílias seja utilizado para

pagamento das despesas de energia. Deve ser realizada, de forma permanente, uma séria avaliação da liberalização do mercado da energia.

Para garantir o acesso à energia, a redacção da Carta Europeia que visa a protecção dos direitos dos consumidores de energia deve ser finalizada e deve conduzir a uma directiva.

No que se refere aos serviços sociais, a delegação belga reivindica o direito e o acesso a serviços sociais de qualidade. Estes serviços devem ser facilmente acessíveis e contínuos; devem ir de encontro às necessidades reais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, com contextos e circunstâncias de vida oscilantes.

Cada um tem direito a um tratamento digno e sem discriminação. As pessoas em situação pobreza estão hesitantes relativamente à nova abordagem que consiste em estabelecer contratos entre utentes e fornecedores de serviços sociais. Devem ser empreendidas acções para garantir que estes contratos não sejam discriminatórios.

Em matéria de cuidados de saúde, os delegados belgas acreditam que é urgente garantir o acesso a cuidados de saúde de qualidade. Segundo esta delegação, deveria ser criado um observatório europeu da saúde e da pobreza.

A União Europeia deveria estabelecer normas de qualidade obrigando os Estados-Membros a garantir o acesso a serviços sociais de qualidade. Os serviços sociais devem ser coordenados, implementados e avaliados ao nível local.



O respeito pelos direitos do homem exige que as pessoas em situação de pobreza sejam estruturalmente e sistematicamente envolvidas, através de mecanismos de participação, a todos os níveis. Modelos participativos de desenvolvimento e aplicação das políticas devem ser activamente promovidos e apoiados por mecanismos de financiamento europeus e nacionais. A União Europeia deve adoptar a directiva anti-discriminação no acesso aos serviços.

A delegação búlgara demonstrou, igualmente, preocupação com o elevado custo da electricidade. As pessoas tentam consumir o menos possível. Há apenas um cabo de ligação eléctrica para as aldeias sendo os cortes de electricidade frequentes. Para os delegados, o telefone é também demasiado dispendioso. Muitos habitantes privam-se deste meio de comunicação e estão, por conseguinte, muito isolados, sobretudo as pessoas idosas. O preço da água aumenta constantemente. O acesso à Internet só é possível através de uma assinatura da TV por cabo, o que torna este serviço mais dispendioso. Os preços dos transportes são elevados, o que aumenta os problemas de isolamento; há duas companhias de transporte que se negam a aceitar os bilhetes uma da outra.

Os medicamentos são caros e os tempos de espera para os exames médicos são demasiado longos. O sistema de pagamento dos subsídios de doença e de subsídios familiares é complicado.

Pelo lado positivo, a delegação salienta a gratuidade do ensino, a competência dos serviços médicos locais e as ONG desenvolverem projectos suportados pelas autoridades locais. Os delegados pedem

planos flexíveis de pagamento da energia; fontes de energia alternativa, formação em informática, a educação cívica das pessoas, serviços administrativos de apoio, uma informação eficaz sobre os empregos disponíveis, a criação de organizações de ajuda mútua, projectos financiados a médio termo – pelo menos 5 anos - procedimentos simplificados para criar uma pequena empresa.

Na Finlândia, declaram os delegados, o sistema de protecção social é demasiado complicado e inadaptado à população que tem direito a prestações/medidas sociais. Os subsídios deveriam ser automaticamente pagos aos que a eles têm direito.

A delegação francesa centrou-se no acesso à saúde. Reconhece que existe um cartão de utente universal mas alguns médicos recusam tratar pacientes que estão isentos de qualquer pagamento.

Além disso, a prática de uma alimentação saudável não é possível quando as pessoas recorrem à ajuda alimentar pois os produtos são sempre os mesmos. Os delegados reclamam a criação de mercearias sociais onde as pessoas têm um estatuto de clientes e não de beneficiários. Pedem, igualmente, a promoção de um serviço de *vouchers* que podem ser trocados em todas as grandes superfícies para evitar a estigmatização. Um reforço dos sistemas de troca e o cultivo de jardins e hortas domésticas (desenvolvimento sustentável) poderiam também constituir respostas às dificuldades de alimentação e contribuir para a promoção de uma dieta saudável. No que diz respeito à higiene pública, os delegados pedem um acesso a instalações



de higiene (banhos públicos) em todas as grandes cidades.

No que se refere aos serviços sociais, a delegação exige que estes sejam repensados para evitar que as pessoas não andem, constantemente, de serviço em serviço. Uma possível solução passaria pela formação de um sistema de trabalhadores sociais polivalentes para coordenar as diferentes exigências e necessidades dos utentes. Muito deve também ser feito ao nível de informação. Actualmente, obter a informação correcta é um percurso doloroso.

Na Alemanha, referem os delegados, os direitos são teoricamente universais, mas na prática estão vedados aos mais pobres.

A delegação grega refere que o custo das taxas moderadoras, na área da saúde, está a subir cada vez mais.

O acesso à saúde é igualmente uma das preocupações da delegação irlandesa, sobretudo para as famílias monoparentais. Assim, uma mãe com uma criança esperou 11 meses por uma primeira consulta e 4 meses mais por uma operação. Muitas famílias monoparentais, que têm direito a cuidados de saúde gratuitos, hesita em aceitar um emprego porque a partir do momento que comecem a trabalhar perdem este acesso gratuito. Seria necessário prever uma transição que garantisse o acesso gratuito aos cuidados de saúde durante um certo período. Para as pessoas idosas, existem diferentes sistemas de pagamento. Os homens e as mulheres não têm o mesmo acesso aos serviços de cardiologia. As listas de esperas para intervenções cirúrgicas são enormes. Quanto aos sem abrigo, os médicos ignoram-nos ou recusam tratá-los.

A delegação italiana composta nomeadamente, por pessoas que vivem em parques/acampamentos insurge-se contra a falta de higiene: não há recolha dos lixos, há 4 chuveiros para 75 pessoas, os lavabos não são limpos. Além disso, as estradas e as ruas não são pavimentadas e a ligação por transportes públicos é muito má.

Os delegados da Lituânia, alguns dos quais vivem em aldeias, lamentam a ausência de serviços básicos: saúde, informação, correios, bombeiros. As mulheres grávidas têm que percorrer 50 kms para dar à luz.

A delegação luxemburguesa refere que a escola não reduz as desigualdades sociais. Bem pelo contrário, contribui, frequentemente, para perpetuar a exclusão social.

Em termos de saúde, os delegados referem o elevado custo dos óculos e dos tratamentos odontológicos. Os doentes têm que apresentar vários orçamentos aos seguros de saúde. As consultas médicas exigem procedimentos caros e as despesas de saúde demoram a ser reembolsadas. A parte a pagar pelo doente é um “fardo” pesado nos pequenos orçamentos. As famílias numerosas com um rendimento baixo são vulneráveis a doenças contagiosas e à necessidade de constantes consultas médicas.

Na Noruega, dizem os delegados, as pessoas que não podem trabalhar por razões de saúde têm dificuldades, nomeadamente no que diz respeito a uma alimentação correcta. Uma outra situação apontada pela delegação é o longo tempo de espera entre a inscrição como desempregado e o pagamento do subsídio.



O acesso aos cuidados de saúde e aos medicamentos, especificamente para os sem abrigo, são um motivo de preocupação para a delegação polaca que argumenta que o ser humano não pode viver sem ar (puro), água, e higiene. O telefone móvel e o uso de Internet são essenciais para a inclusão nas nossas sociedades.

Como em outros Estados, na Roménia, os delegados verificam que muitas pessoas não têm acesso aos serviços básicos, sobretudo nas zonas rurais onde existe uma escassez de médicos e de hospitais.

Os delegados da Eslovénia assinalam igualmente o défice de médicos de clínica geral e de muitas especialidades. O tempo de espera por uma consulta é longo e os serviços de saúde são de baixa qualidade. Deveriam ser criadas consultas gratuitas.

Outras delegações já o tinham referido, mas os delegados espanhóis retomaram o tema da falta de meios de transporte nas zonas rurais pobres. Assim, os delegados apelam a uma melhor coordenação e a um trabalho em rede entre organismos públicos e privados.

O problema do acesso ao transporte faz igualmente parte das preocupações da delegação holandesa. As soluções são trazidas pelos cidadãos. Caberia às instâncias de decisão política estabelecer contacto com os cidadãos para tomarem conhecimento das suas propostas e soluções.

Inclusão financeira

Os delegados da República Checa constataam que os juros têm muitas vezes

um peso maior do que o empréstimo em si. As taxas de juro deveriam ser reduzidas.

O trabalho na economia informal é mais acessível que um emprego declarado, especialmente quando se está endividado. Quando alguém vai a tribunal, o montante da dívida é acrescido pelas custas do tribunal.

Para os delegados finlandeses, o rendimento mínimo e o subsídio de desemprego são demasiado baixos. Seria necessário que o rendimento mínimo fosse suficientemente elevado para que não fosse necessário recorrer a outras ajudas sociais.

A delegação francesa refere a necessidade de alargar o direito a um rendimento mínimo para os indivíduos entre os 18-25 anos de idade. Indica igualmente que as condições para a atribuição de ajudas sociais são demasiadas e difíceis de satisfazer: os trabalhadores pobres não são elegíveis e no entanto, os seus rendimentos são insuficientes. As prestações sociais deveriam ser calculadas com base “no que fica para viver” após o pagamento das despesas fixas (casa, aquecimento...). Mas, estas são calculadas com base “nos rendimentos” do ano precedente. Ora, muitas vezes, as circunstâncias mudaram. Seria necessário calcular as prestações com base “nos rendimentos” do momento.

Os delegados alemães assinalam que alguém que é incluído numa “lista negra” de crédito, não pode abrir uma conta bancária. O subsídio para uma criança é de 100 euros para um casal e de 50 euros para um pai/mãe sozinho. Além disso, os subsídios familiares não são atribuídos por inteiro às pessoas que já beneficiam de



outros subsídios. O abono de família para as crianças dos 7 aos 14 anos foi reduzido.

Para a delegação grega, a recusa de emprego devido a racismo provoca a deslocalização das populações ciganas. A delegação apela a 30% de alojamento público, a possibilidade de empréstimo de instalações, a autorização para vender em mercados locais.

Em matéria de inclusão financeira, os delegados holandeses dizem que há uma desigualdade entre as grandes e pequenas cidades. É por isso que, pedem mais apoio e a melhoria do Conselho dos Cidadãos.

A delegação da Polónia refere que as dívidas conduzem à violência. A cobrança é feita por métodos violentos, tipo máfia. Quando se está na lista negra por dívidas - mesmo que envolvam pequenos montantes - perde-se o acesso ao crédito, para poder recomeçar. Deveria ser possível apagar os registos de dívidas.

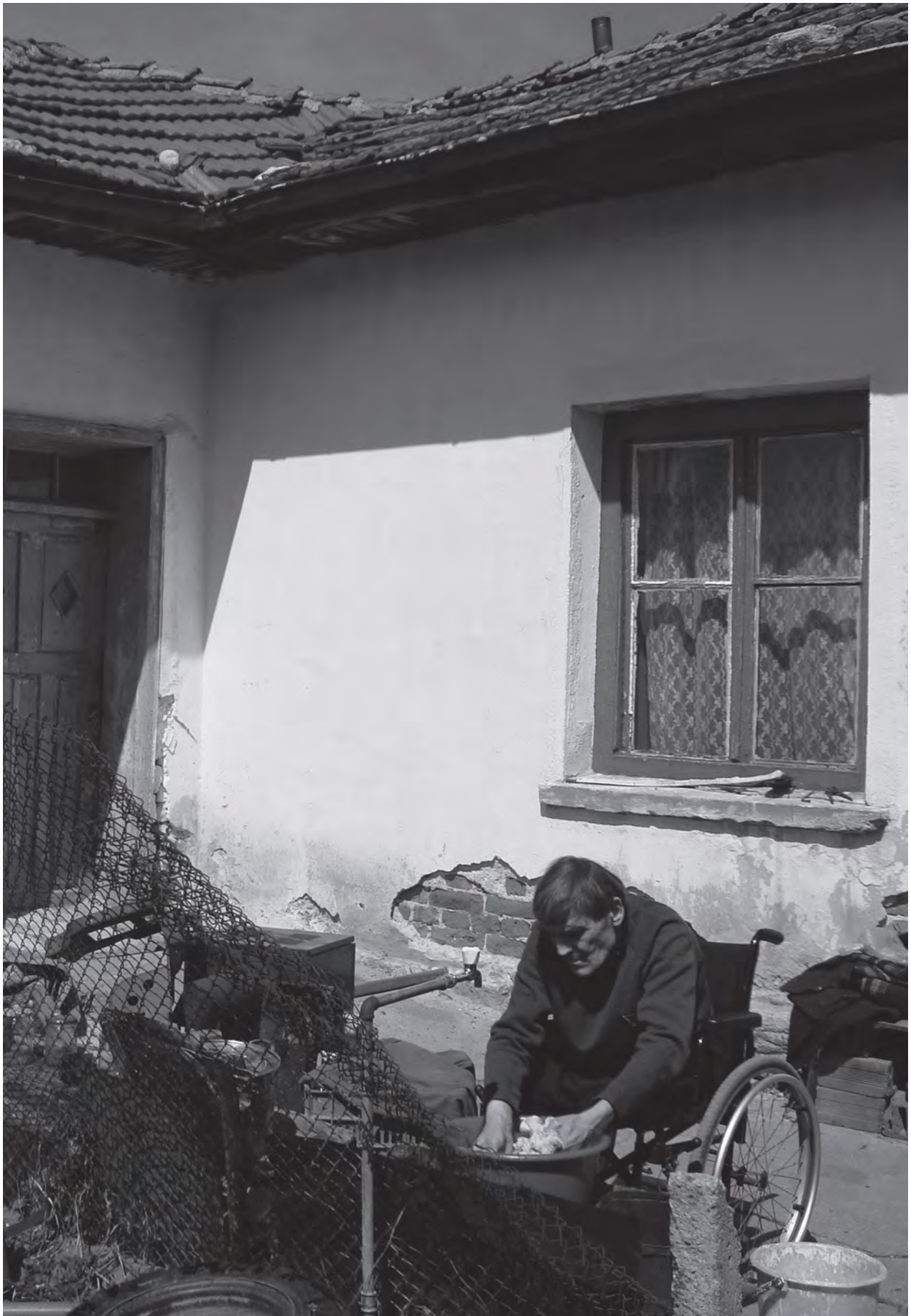
Na Roménia, os delegados afirmam que o apoio (subsídio) aos desempregados e o apoio social não são proporcionais ao custo de vida. Às vezes, o salário não cobre sequer as necessidades diárias. É necessário um rendimento e um salário mínimo proporcional ao custo da vida.

Para a delegação eslovaca se existe uma dificuldade numa família (ex. pessoa dependente, deficiência, etc.), um membro da família terá que abandonar o seu emprego para tomar conta desse dependente. A sociedade admira esta forma de solidariedade, mas não há nenhum reconhecimento deste trabalho,

nem financeiro, nem moral. Para além disso, a pessoa que terá demonstrado solidariedade familiar será penalizada aquando da reforma, dado que estes serviços não serão considerados e, por conseguinte, não entrarão no cálculo do montante da sua pensão que se situará abaixo do nível mínimo de subsistência.

Os delegados eslovenos centraram-se nos baixos salários e pensões. O custo das casas deveria ser adaptado aos rendimentos. As pessoas idosas são marginalizadas e submetidas a práticas violentas. O nível de vida está a descer e o sobreendividamento aumenta. Devieram ser criadas lojas sociais.

A delegação do Reino Unido constata que existem muito poucas ofertas de trabalho com condições e um salário decente. Uma presença muito forte de prestamistas levam as pessoas a contrair empréstimos e a endividarem-se. Estes tubarões praticam taxas ilegais, podem ser por vezes violentos e utilizam os empréstimos para controlar as pessoas. Quem a eles recorre nunca mais deixa de ter problemas de dinheiro. Não têm possibilidade de abrir uma conta bancária. A criação de um banco comunitário e com taxas de juros baixas é uma solução para aqueles que não podem abrir uma conta e para os que se encontram nas "mãos" dos tubarões. As decisões sobre a taxa de juro são comunitárias. A delegação pede fundos para abrir mais uniões de crédito, bem como para formação em gestão orçamental, um melhor controlo sobre os prestamistas e uma conta bancária que poderá ser acedida em qualquer balcão dos correios.





Marian HOŠEK, Ministro Parlamentar da Política Social, dos Serviços Sociais e da Política Familiar, Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais, República Checa.

Minhas senhoras e meus senhores,

Este ano o tema do 8º Encontro Europeu das Pessoas em Situação de Pobreza é: *“Onde vivemos, o que necessitamos”*, acentuando a importância do lugar onde vivemos, mas também um vasto leque de serviços que contribuem para a qualidade de vida e ajudam a mantê-lo.

Esta é a minha segunda oportunidade de participar num Encontro Europeu o que, para mim, é uma honra uma vez que estes encontros representam uma plataforma única para debate. Este ano, o Encontro chama a atenção para três temas importantes e que estão intimamente ligados: a habitação, a inclusão financeira e a acessibilidade aos serviços básicos.

O acesso aos serviços financeiros torna-se uma condição essencial de participação na vida económica e social da sociedade moderna. Apesar disto, há pessoas na Europa que não têm ou não podem ter conta num banco e que não podem utilizar outros serviços financeiros da mesma maneira que qualquer outra pessoa.

Não ter conta bancária torna a vida significativamente mais dura. Limita as oportunidades de encontrar um trabalho melhor e pode mesmo resultar na perda de um emprego. Identificamos este tipo de problema como “exclusão financeira”. A exclusão financeira “anda de mãos dadas” com a exclusão social. Algumas pessoas são ameaçadas pela exclusão financeira

mais do que outras; estas pessoas experienciam um grande número de restrições. Por exemplo, vivem em lugares afastados, são idosas ou deficientes, ou requerem uma atenção especial.

No que respeita à inclusão financeira, gostaria de mencionar um outro problema: o endividamento e o sobreendividamento. O crédito não controlado gera pobreza e, frequentemente, na sua forma mais extrema. Há um provérbio checo que diz que o fogo é um bom servente mas um mau mestre. Pessoalmente, estou convencido que, no que respeita aos empréstimos e às dívidas, o mesmo se verifica. Os resultados do Eurobarómetro 2006 indicam que 13% das famílias, nos Estados-Membros da União Europeia, têm dificuldades em pagar os empréstimos ou as despesas relativas aos gastos da família. O relatório EU-SILC de 2005 indica que nos 12 meses precedentes, 10% dos agregados familiares tinham problemas, pelo menos com um pagamento. A investigação apresenta um resumo efectivo de factores que impelem as famílias para problemas financeiros: um baixo rendimento durante um longo período, uma despesa inesperada, mas também um número excessivo de empréstimos que não são exactamente utilizados em compras necessárias e uma má gestão do orçamento familiar. Não há uma causa única para o sobreendividamento, mas a incapacidade de gerir bem o dinheiro e a acumulação de dívidas são sinais que acompanham o problema. Outra característica de um endividamento excessivo é, indubitavelmente, a natureza, a longo prazo, da situação.

As dívidas são uma sobrecarga evidente a longo prazo para um indivíduo ou uma



família; excedem a capacidade destas pessoas pagar e causam problemas no pagamento das despesas do dia-a-dia. Nem todos têm as competências suficientes para gerir as suas finanças e tomar as decisões conscientes das consequências possíveis. A Comunicação sobre a Educação Financeira, adoptada pela Comissão a 18 de Novembro de 2007, sublinha o papel de uma boa educação financeira. A educação financeira é um longo trabalho durante o qual, as pessoas adquirem informações importantes sobre os riscos ligados às dívidas, adquirindo também mais conhecimentos e competências indispensáveis para tomar decisões responsáveis. Estou convencido, que encontramos por toda a Europa, um grande número de bons programas educativos. Gostaria também de mencionar um exemplo da República Checa, onde, graças a uma parceria com diferentes ministérios (Ministério das Finanças, Ministério da Educação, da Juventude e dos Desportos, Ministério do Comércio e da Indústria) e o Banco Nacional Checo, foi criado um manual para o ensino básico e secundário, intitulado “Literacia financeira e económica”, tendo sido igualmente desenvolvido um programa de formação especial para os professores. A inclusão da educação financeira no currículo escolar é importante para que as crianças recebam formação e conhecimento prévio à sua vida de consumidores.

No que respeita aos impactos da actual crise económica e financeira, pode-se esperar, em todos os Estados-Membros, um aumento de créditos não reembolsados em certos tipos agregados familiares, particularmente os que se encontravam já no limite da sua capacidade de pagar antes de a crise ter começado. É possível

esperar-se um aumento de execuções das decisões judiciais e das falências individuais. Ao mesmo tempo, devido à situação do mercado de trabalho, aumentará o número de pessoas sem capacidade para sair da falência. Uma despesa inesperada, numa família de baixos rendimentos, pode levar a contraírem dívidas excessivas e conduzir ao recurso aos serviços sociais.

Apesar da República Checa se encontrar numa situação relativamente positiva, existe o risco do sobreendividamento de famílias com baixos rendimentos, ligado a uma educação financeira insuficiente. Muitas pessoas sobrestimam os seus pagamentos e as suas capacidades financeiras. Às vezes sentem que têm necessidade de comprar qualquer coisa e, ao mesmo tempo, não são capazes de cumprir as suas obrigações. Resolvem frequentemente esta situação com novos empréstimos, normalmente junto de instituições não bancárias, em condições desfavoráveis. Várias instituições deste tipo utilizam práticas injustas (os chamados tubarões do crédito). O número de pessoas que pede ajuda a organizações não governamentais em matéria de dívidas está a aumentar. Isto é mau sinal, porque significa que pessoas têm realmente problemas com as suas dívidas. Ao mesmo tempo, isto é positivo porque mostra que as pessoas tentam resolver a sua situação. A realidade mostra que 95% dos clientes têm dívidas obtidas no sector bancário e subsequentemente com instituições não bancárias. Em aproximadamente 50% dos casos, responderam a anúncios que oferecem empréstimos com taxas de juro elevadas e a condições significativamente desfavoráveis.



Suponho que o nosso debate de ideias relativo à habitação abordará dois problemas fundamentais: acesso e apoio. A maioria dos países europeus apoia a ajuda aos rendimentos mais baixos utilizando, designadamente, os serviços sociais centrados na comparticipação do pagamento dos alugueres ou os serviços relacionados com a habitação, como o aquecimento, a electricidade, a água quente e fria. Apesar de tudo, estas despesas representam um problema para muitos europeus.

Os serviços de base são um vasto assunto, assim como os serviços sociais. No contexto checo, vemos os serviços sociais num sentido muito limitado. A lei checa garante à pessoa que cai numa situação social desfavorável, tendo em conta as causas que a originam, a assistência e o apoio de diferentes tipos de serviços sociais. No caso de exclusão social extrema (endividamento excessivo, perda do emprego ou da casa), os serviços sociais como a assistência, os projectos de terreno, os centros de alojamento, e uma ajuda à habitação constituem um apoio que remedeia o problema, permitindo atingir a inclusão social.

Estamos inteiramente de acordo que os serviços sociais devem responder às necessidades individuais. Devem apoiar uma atitude activa, ajudar ao desenvolvimento pessoal e contribuir assim, para a independência da pessoa e estimular as pessoas para as actividades que as tirarão de uma situação desfavorável. Relativamente aos problemas das pessoas sobreendividadas, o trabalho social, a assistência e os outros serviços sociais devem ajudar a melhorar a educação financeira das pessoas, prevenindo uma dívida excessiva e

fenómenos indesejáveis como a usura, o trabalho ilegal, e um acesso inadequado aos serviços básicos. Além de um rendimento mínimo e serviços públicos para o emprego, os serviços sociais são um dos três pilares da inclusão activa. Facilitam o acesso a um largo espectro de serviços básicos ou de serviços sociais de interesse geral – tais como o acesso à electricidade, água, cuidados de saúde, etc., sem os quais não existe vida humana com qualidade.

Eva SZARVAK, delegada ao 7º Encontro Europeu de Pessoas em Situação de Pobreza

Gostaria de vos falar de algo que no meu ponto de vista é prioritário para todos. É a crise económica e os seus efeitos sobre os que vivem na pobreza.

Na Hungria, o país onde vivo, o mais preocupante é o aumento da incerteza. Há cada vez mais fábricas a fecharem e nas que subsistem, as horas de trabalho e os salários estão a ser reduzidos. Como consequência, as famílias têm rendimentos inferiores e começam a cair em processos de endividamento. Os pagamentos de créditos baseados em moedas fortes têm aumentado drasticamente, o que, para muitas famílias, pode levar à perda das suas casas. Os jovens não conseguem encontrar trabalho; não têm nenhuma possibilidade de constituir família, o que é preocupante para toda a sociedade.

Do ponto de vista das pessoas em situação de pobreza, as medidas tomadas pelo governo não parecem ter sido bem pensadas. Em primeiro lugar, os subsídios de apoio à habitação previamente atribuídos, serão abolidos, os subsídios de apoio à família serão congelados e as

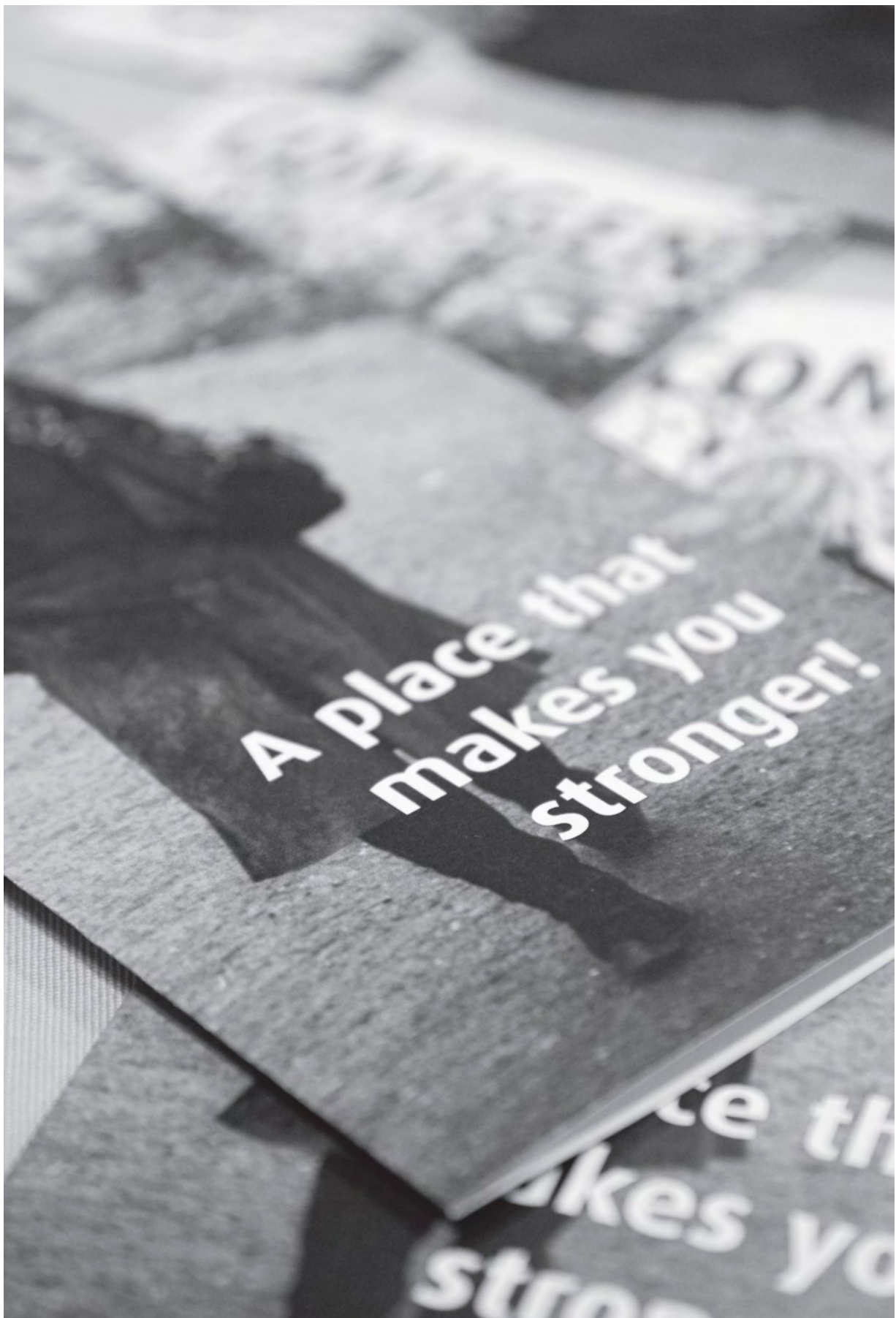


outras prestações sociais tornar-se-ão mais restritivas. Estas medidas empurrarão os grupos pobres para uma situação insuportável. Em minha opinião, estas medidas não foram coordenadas; as suas consequências a longo prazo não foram tomadas em consideração. Certas medidas isoladas podem ser aceitáveis, mas, em conjunto, representam um fardo intolerável para o comum dos cidadãos.

Penso que estes problemas não dizem respeito unicamente aos Húngaros – as consequências da crise e as eventuais soluções para as minimizar são uma preocupação comum a todos. Falo-vos disto porque, acredito que se unirmos esforços e agirmos juntos, podemos

representar os nossos interesses de maneira mais eficaz.

A luta contra a pobreza significa, para todos nós, um trabalho quotidiano; é por isso que a nossa primeira tarefa é falar, compreendermo-nos, combater os estereótipos, a estigmatização que empurram para a periferia todos os que por uma razão ou por outra são obrigados a viver na pobreza e exclusão. Para mim, este Encontro é o único fórum, onde os problemas e as experiências dos que vivem em situação de pobreza são ouvidos e compreendidos. Aproveitem esta oportunidade: não devemos falar unicamente do poder da coesão mas provar que juntos, podemos fazer algo por nós próprios e pelos nossos companheiros.





Realizaram-se seis workshops agrupando:

- Delegados procedentes dos 27 Estados-Membros e da Noruega, entre os quais 90% eram pessoas em situação de pobreza que traziam consigo a sua experiência de vida.
- “Convidados”, representantes de diversas instituições e de administrações europeias e nacionais com responsabilidades em matéria de luta contra a pobreza e exclusão social, e de organizações europeias.

Estes workshops foram organizados para promoverem o intercâmbio entre os delegados e entre delegados e convidados. Este processo de partilha de

ideias e experiências começou com a apresentação de cada participante e do local onde vivia. Seguidamente, os delegados expuseram as suas constatações em matéria de habitação, serviços básicos e inclusão financeira. Estas resultaram do trabalho de preparação, sendo alguns extractos incluídos neste relatório. As repostas e recomendações deram o mote para os debates realizados. As delegações nacionais tiveram que apresentar duas reflexões que considerassem importantes e indicar dois objectivos para 2010. O resultado deste trabalho foi apresentado em sessão plenária onde foi objecto de comentários e de debate.

Habitação

Comentários do Workshop

- *A especulação imobiliária provoca um aumento dos alugueres.*
- *As rendas das casas são demasiado elevadas e há falta de habitação social.*
- *Para ter uma casa, necessito de um trabalho. Mas não tenho emprego.*
- *Não precisamos de estatísticas, temos sim necessidade de ajuda.*
- *Viver numa zona rural é um círculo vicioso. As casas são velhas, não há trabalho e os jovens vão-se embora à procura de melhores condições de vida.*
- *Devido ao turismo, o preço da habitação triplicou. Há um grande número de casas para vender, mas nós não as podemos comprar.*
- *Não encontramos sem abrigo nas estatísticas, não existem.*
- *Existem leis para proteger os sem abrigo, mas não o direito a uma casa.*
- *O meu subsídio serve apenas para pagar a renda da minha casa.*
- *Não há habitação social suficiente para satisfazer as necessidades.*
- *É incrível o número de pessoas que tem um salário mas que não pode comprar uma casa ou pagar um aluguer.*
- *A habitação social é de fraca qualidade. Estas casas consomem muita energia para aquecerem e a factura é elevada. É por isso que muitas pessoas acabam por viver na rua.*
- *Se não se tem uma conta bancária é impossível alugar uma casa.*
- *Falta legislação para controlar os preços das casas e os alugueres.*



- *Os adiantamentos exigidos para arrendamento de uma casa são elevados.*
- *Uma família com 7 crianças vive num apartamento de 34 m2.*
- *Os hotéis “Bed and breakfast” converteram-se em habitação. Cada quarto é alugado a uma pessoa diferente.*
- *Assistimos à uma privatização da habitação social.*
- *Às vezes as pessoas para sobreviver vivem no seu automóvel.*
- *Há muitas casas vazias. Poderiam ser recuperadas de uma maneira ou de outra.*

Constatações

As rendas são elevadas para habitação de má qualidade. As casas antigas e a habitação social são frequentemente ineficazes em termos energéticos. O preço da energia é, em si, elevado e os arrendatários não possuem informação suficiente sobre os diferentes fornecedores.

Os imigrantes bem como as pessoas à procura de emprego encontram, normalmente, mais problemas no mercado imobiliário. As comunidades ciganas são forçadas a viver em acampamentos, vivendo normalmente em tendas sem o mínimo de conforto e sem quaisquer infra-estruturas de apoio. A qualidade da habitação é igualmente má, com famílias a viver em casas ou apartamentos em condições pouco dignas. O êxodo rural e das pequenas vilas faz aumentar o número de casas vazias. A especulação imobiliária sobretudo, nas grandes cidades, provoca um aumento do preço dos imóveis e, por conseguinte, dos alugueres. É cada vez mais difícil alugar uma casa a nível privado; as rendas são elevadas, acresce ainda o facto dos adiantamentos exigidos como garantia serem impossíveis de pagar.

Existe muito pouca habitação social. A situação para as pessoas com rendimentos

baixos está a tornar-se cada vez pior. Acabam por perder a casa e passar a viver na rua, porque o aluguer aumenta mais rapidamente que as pensões/prestações sociais.

Boas Práticas

- Em França, no Luxemburgo e Bélgica, existem agências imobiliárias sociais que garantem o acesso a uma habitação condigna a preços razoáveis. Estas agências funcionam como mediadores entre os proprietários e os locatários.
- Um trabalho participativo com arquitectos favorece a construção de habitações sociais adequadas às pessoas em situação de pobreza.
- Em Portugal, em determinados locais do Alentejo, certas aldeias estão a converter-se em “aldeias-lar”, visando a população mais idosa e como forma de evitar o isolamento.
- Na Noruega, há projectos de renovação de construções industriais e de velhos apartamentos, que são depois convertidos em habitação comunitária.
- No Luxemburgo, os proprietários recebem uma ajuda financeira do governo quando os arrendatários não podem pagar o aluguer.



- As ONG ajudam as pessoas a encontrar habitação e apoios ao arrendamento.

Propostas

- Cada Estado-Membro deve reportar sobre o acesso e qualidade da habitação para ajudar a desenvolver políticas mais eficazes.
- É necessário promover um diálogo entre proprietários e inquilinos através do desenvolvimento de agências imobiliárias sociais.
- Os poderes públicos devem investir na construção de novas habitações.
- É necessário obrigar os proprietários a renovar as habitações sob a penalidade de multas.
- O parque da habitação social deve ser alargado.
- O custo do aluguer deve ser adaptado ao rendimento e à qualidade da habitação.
- Os parques e acampamentos para as comunidades ciganas devem ser substituídos por habitação adequada.
- Deve ser estabelecido a criação de um certificado que ateste as boas condições de habitabilidade, antes do imóvel ser alugado.
- Deve ser criada legislação que permita reclamar edifícios vazios. Esta lei existe na Bélgica mas não é aplicada.

- Os Fundos Estruturais europeus podem ser utilizados de maneira mais orientada de forma a incitar os Estados-Membros a avançarem em matéria de habitação.
- A habitação deve tornar-se uma competência europeia. A União Europeia deve reconhecer o direito à habitação e intervir mais neste domínio através de directivas como por exemplo, sobre a discriminação no acesso à habitação.
- Não se deveriam criar bairros onde apenas houvesse habitação social porque isto conduz a guetos.

Recomendações

- A União Europeia deve estabelecer padrões de vida.
- A habitação deve ser um direito fundamental europeu.
- O custo da habitação deve estar relacionado com os rendimentos. Não deveria ser consagrado à habitação mais do que 30% do rendimento auferido.
- As associações e os serviços que ajudam as pessoas com dificuldades ao nível da habitação deveriam ser melhor financiados.
- Os serviços devem ser acessíveis.
- A nova habitação deve ser construída em zonas mistas.



Serviços Básicos

Resultados do Workshop

- *A crise é uma desculpa para os governos que não fazem nada para ajudar os mais desfavorecidos. A opção é: comermos ou aquecermo-nos.*
- *O preço da energia continua a ser elevado. A energia é uma necessidade, não um luxo.*
- *O acesso à energia para todos será garantido quando houver uma articulação e um trabalho concertado entre os serviços de acção social e os fornecedores de energia.*
- *Existem muitas energias renováveis disponíveis: a energia solar, a energia hidráulica, mas estes são investimentos dispendiosos e os governos não querem contribuir com a sua parte.*
- *As crianças não têm aquecimento no Inverno, vivem em condições insalubres: não há quartos de banhos e só há água corrente durante 2 horas por dia.*
- *É impossível ter acesso aos nossos direitos.*
- *Os infantários são insuficientes, por isso não podemos arranjar trabalho.*
- *Os serviços básicos estão a desaparecer das aldeias: os transportes públicos acabaram, a padaria fechou, etc. As pessoas idosas vivem em aldeias fantasmas.*
- *Os cuidados médicos são muito caros. A pobreza torna as pessoas doentes.*
- *Nas cidades, há bons hospitais, mas é necessário pagar ao médico para se ser tratado.*
- *As pessoas pobres são muitas vezes responsabilizadas pela sua situação. Não há solidariedade. Somos estigmatizados.*
- *Os pobres não têm um tratamento especial na nossa nova “monarquia” francesa.*
- *Evitar que os direitos dos pobres não se tornem direitos pobres.*
- *Pode-se ter ajudas sociais suplementares, mas é necessário esperar 18 meses para as conseguir.*
- *Vivemos muito distantes do poder central; não temos acesso aos serviços de saúde, bem como os serviços básicos. Os que partem esperam encontrar uma vida melhor mas continuam, muitas vezes, a passar por grandes dificuldades.*
- *O acesso aos serviços públicos de saúde é problemático. Demorei 5 anos para arranjar um médico de clínica geral. Encontrar um especialista é ainda mais difícil. Às vezes, é necessário esperar 4 anos por uma cirurgia.*
- *Um rendimento mínimo para todos não é a única solução. Precisamos também de experiência e de solidariedade.*
- *As comunidades ciganas vivem à margem da sociedade; sofrem de uma verdadeira discriminação. Há um contador eléctrico a 12 metros da minha casa, mas o acesso a este contador está-me vedado.*
- *Às vezes sentimo-nos como uma bola de ping pong. Nós somos a bola que é atirada de um lado e do outro.*



- *As pessoas em situação de pobreza vivem nos subúrbios das cidades, os transportes públicos são quase inexistentes e caros.*
- *As comunidades traveller (nómadas) têm dificuldades de acesso aos cuidados de saúde.*
- *A saúde oral está privatizada; é um verdadeiro problema.*
- *Preenchi milhares de papéis para obter assistência social mas demorou três meses a chegar.*

Constatações

O acesso aos serviços básicos encontra, muitas vezes, obstáculos administrativos. Os beneficiários de prestações vêm-se confrontados com uma burocracia extrema, uma multiplicidade de postos de atendimento e uma gritante falta de informação sobre os seus direitos.

Os habitantes das pequenas cidades e das aldeias são quem mais sofre com a falta de serviços básicos. Esta ausência de determinados serviços é resultado do êxodo rural. As pessoas mudam-se e os serviços básicos diminuem ou desaparecem.

O serviço de saúde é o serviço que mais falta ou o mais pobre. Os cuidados de saúde entraram cada vez mais no domínio privado e onde existe um serviço público de saúde a corrupção também se instalou. As listas de espera para tratamento são longas.

O fornecimento de energia também deixou a esfera do domínio público para entrar no privado, com as consequências hoje conhecidas: aumento do preço e cortes dos contadores. A preocupação agora é ver se o fornecimento de água é também privatizado.

A mobilidade é, igualmente, um problema para as pessoas em situação de pobreza.

O preço dos transportes é elevado e as redes de transportes são deficientes. As pessoas sentem-se isoladas, condenadas a viver em guetos.

Os sem abrigo são vítimas da falta de acesso a locais que lhes garanta a higiene: chuveiros, lavabos. As populações ciganas são forçadas a viver em acampamentos sem qualquer tipo de conforto e portanto sem serviços básicos.

Boas práticas

- Nos Países Baixos foram instituídos, a nível local, Conselhos Consultivos Municipais para lutar contra a exclusão.
- O projecto “Aprendizagem para uma vida independente”, desenvolvido na Holanda, ajuda as pessoas com dificuldades ao nível da aprendizagem.
- A participação na sociedade das pessoas em situação de pobreza, é garantida, por exemplo, por tabelas especiais para o acesso ao desporto, bibliotecas, ... e em alguns países, existe mesmo um Passe Cultural.
- Na Bélgica, foram implementadas parcerias entre associações e as empresas fornecedoras de energia a fim de melhorar o acesso à energia: aumento da capacidade dos contadores, fim dos cortes de energia



arbitrários, um pacote mínimo para prestação de serviços energéticos.

- Diferentes direcções gerais da Comissão Europeia (emprego, saúde, mercado interno, etc.) participam agora nos Encontros Europeus das Pessoas em Situação de Pobreza.
- Foram criadas mercearias sociais em alguns Estados-Membros.
- O Parlamento Europeu votou um texto legislativo em matéria de tarifas sociais para o acesso à energia, com um impacto muito concreto nos grupos de baixos rendimentos.
- A EAPN está a levar a cabo uma campanha para as eleições europeias com 10 reivindicações com as quais as delegações podem identificar-se. A EAPN tem também uma campanha sobre um rendimento mínimo adequado que permita ter uma vida digna.

Propostas

- O acesso à energia deve ser inscrito como um direito fundamental nas constituições.
- As energias renováveis devem permitir a criação de emprego e salvar a energia tradicional.
- Promover o acesso aos direitos e o seu carácter universal.
- A inovação social deve ser promovida. Trata-se da forma como as pessoas trabalham conjuntamente para uma sociedade melhor (ex: programa EQUAL). Vai ser lançado um novo projecto de apoio à inovação social com um enfoque na micro-inovação.
- Todos os Parlamentos nacionais devem ter em conta as associações;

estas deveriam ter lugar nos Parlamentos.

- O número de infantários deve ser aumentado.
- As políticas sociais europeias devem ter mais em conta as necessidades das pessoas.
- A informação deve ser melhor difundida a fim de chegar aos grupos alvo.
- A EAPN deve continuar a defender a participação das pessoas em situação de pobreza nas Mesas Redondas Europeias sobre pobreza e exclusão social.
- Deve ser redigida e adoptada uma Carta Europeia dos direitos civis.
- Aumentar o número de médicos nos serviços públicos.
- A saúde é um direito humano e deve permanecer no domínio público.
- Há pouca informação sobre as possibilidades de obter ajuda.
- A pobreza energética deve ser reconhecida como um verdadeiro e grave problema.
- A liberalização do mercado da energia deve ser avaliada.
- É necessário aprofundar a ideia de uma constituição europeia: a Europa social está demasiado distante (mais do que podemos esperar).
- Os Direitos do Homem devem ser universais.
- A Carta Europeia de protecção dos consumidores deve ser adoptada. É necessário estabelecer mais normas sociais.
- Os serviços de higiene pessoal devem ser acessíveis aos sem abrigo.



Recomendações

- O acesso aos serviços sociais deve ser um direito para todos.
- A União Europeia deve intervir com mais directivas e mais controle, no acesso à energia.
- O acesso aos Fundos Estruturais deveria estar sujeito a mais delimitações sociais.
- A redacção da Carta Europeia dos Direitos dos Consumidores deve ser finalizada.
- A saúde deve ser uma prioridade na agenda.
- Os serviços sociais não devem ser incluídos no sector lucrativo.
- Deve ser redigida uma Carta Europeia dos Direitos dos cidadãos.
- As Pessoas em Situação de Pobreza devem ser tratadas como seres humanos e não como clientes.





Inclusão Financeira

Resultados do Workshop

- *O dinheiro é essencial para as pessoas viverem. Sem dinheiro não se pode fazer nada. As prestações sociais são demasiado baixas.*
- *Todos os trabalhadores devem poder participar na redistribuição do lucro. Actualmente, há cada vez mais trabalhadores pobres que não beneficiam dos lucros.*
- *O salário mínimo é demasiado baixo: algumas pessoas não podem trabalhar porque os salários são muito baixos. É necessário pagar a guarda das crianças, os transportes, a alimentação...*
- *Na Áustria, um orçamento básico é estimado à volta dos 1.222 € por mês e um orçamento ideal à volta dos 1.900 €.*
- *O acesso ao crédito é muito difícil para as pessoas pobres. Fazem-nos andar de um lado para o outro.*
- *Somos incentivados a consumir mais, portanto pedimos mais emprestado.*
- *Os serviços básicos são privatizados. Por exemplo, na Alemanha, é necessário pagar uma taxa de 10 € antes de ver um médico.*
- *A exclusão financeira é um problema global. Queremos a inclusão.*
- *Enquanto houver exclusão financeira, não haverá dignidade.*
- *É inacreditável como alguns países são ricos, mas não há dinheiro para os pobres. Não é um problema financeiro, é uma questão de atitude.*
- *É difícil ser pobre numa região próspera.*
- *O grande problema da exclusão financeira é o preço da habitação. Chega-se ao cúmulo de ter que se gastar até 90% do nosso rendimento para termos um tecto.*
- *O trabalho não é uma protecção contra a crise. A classe média está a vender as suas casas e a optar pelo mercado de arrendamento forçando os pobres para fora desse mercado.*
- *Não ter um cartão bancário é uma forma de exclusão social.*
- *Temos que ter uma conta num banco para poder receber as prestações, mas a gestão/manutenção desta conta custa dinheiro. Assim, pagamos para ter os subsídios.*
- *O nível das pensões é demasiado baixo para termos uma vida digna.*
- *O sistema de crédito estrangula as pessoas.*



- *Sem uma morada fixa ou uma identidade legal, não se tem direito a uma conta bancária.*
- *A independência financeira é difícil para as famílias monoparentais.*
- *Trabalhei durante 10 anos a receber um salário mínimo. Não paguei o suficiente para o Fundo de doença e a minha dívida era cada vez mais elevada. Tornava-se ainda pior com os juros. Agora tenho um trabalho que me permite pagar a minha dívida.*
- *Perdi o meu trabalho porque tinha dívidas. O banco tentou recuperar o dinheiro por meios ilegais. Foi por causa disso que perdi o emprego.*
- *Fica-se endividado porque o rendimento mínimo é demasiado baixo, cerca de 100 euros por mês. O aluguer é quase o mesmo montante. Se pagamos a renda, não podemos pagar os produtos básicos de que necessitamos para viver.*
- *Porque não podia pagar a minha dívida fui condenada a três meses de prisão. A polícia prendeu-me no meu apartamento, à frente da minha filha de 5 anos. A minha filha ficou traumatizada por causa de 80 euros.*
- *Há algumas semanas atrás, foi abandonada uma criança num centro comercial. Toda a cidade procurou a família. Foram afixadas fotografias em vários locais. Após três semanas o pai voltou. Disse que abandonando a sua filha tinha esperança que uma família com posses tomasse conta dela e lhe desse um futuro melhor.*
- *Precisamos de um rendimento mínimo que nos permita ter uma vida digna.*

Constatações

A inclusão financeira envolve o acesso ao sistema bancário. Na maior parte dos Estados Membros, as pessoas em situação de pobreza não podem abrir uma conta no banco ou aceder ao crédito. Isto deve-se aos requisitos de ter uma residência fixa, documentos de identidade e rendimentos.

Para os que pediram créditos ou os que não podem pagar as suas despesas, caem no círculo vicioso do sobrendividamento. Em certos casos este é quebrado graças à mediação entre o devedor e os seus credores. Mas outras vezes o sistema judicial intervém aplicando sanções um pouco desproporcionadas, porque no caso do não pagamento de

dívidas a pena a aplicar pode chegar à prisão.

Um dos problemas chave em matéria de redução da exclusão financeira é que o rendimento das pessoas em situação de pobreza (quando o têm) é demasiado baixo, tal como os montantes das prestações sociais que são muitas vezes inferiores ao preço do aluguer da casa. O acesso ao crédito é garantido, em alguns Estados Membros, quer por ONG ou cooperativas, quer por organizações de microcrédito.

Boas Práticas

- Na Hungria existem estruturas de apoio para lutar contra a exclusão financeira.



- Em determinados Estados-Membros existem Comissões de gestão do sobrendividamento, mas nem todas são eficazes. Em França, elas podem decidir um pagamento progressivo, em prestações, ou cancelar a dívida validada pelo juiz. Na Hungria, o procedimento é muito demorado (6 anos), criando um círculo vicioso que impede a pessoa de arranjar um emprego, dependência do subsídio de desemprego, acumulação de problemas.
- Lojas sociais com produtos vindos directamente dos produtores abriram em França e na Hungria.
- Na Noruega os serviços sociais podem abrir contas bancárias para os seus beneficiários.
- Em Portugal, uma lei recente ajuda na comparticipação das prestações ao banco. Se o rendimento da pessoa é baixo, esta pode solicitar o pagamento de metade da prestação sendo o pagamento da outra metade assegurado pelo Estado.
- Na cidade do Porto (Portugal) existe o *Programa Aconchego* que implementou um sistema que permite às pessoas idosas alugarem quartos a estudantes do ensino superior, a baixo preço, numa perspectiva intergeracional de combate à solidão (o estudante faz o acompanhamento nocturno do idoso em articulação com um serviço de emergência) e revitalização da cidade.
- A Lituânia tem um projecto de lei que permite às pessoas que perderam o seu rendimento, adiar o pagamento das suas dívidas.

- O sistema de microcrédito está a ter bons resultados em países como a França, a Roménia ou a Polónia. Em Itália, está agora a ser implementado.
- Na Bélgica, são postos à disposição das famílias endividadas, serviços de mediação de dívidas.
- As ONG ajudam as pessoas a planear/gerir um orçamento.
- Em muitas escolas a gestão do dinheiro faz parte do currículo.
- Existem projectos que ajudam as pessoas a criarem o auto-emprego.

Propostas

- As escolas devem dar uma educação financeira às crianças.
- O microcrédito deve ser incentivado e subscrito pelas autoridades locais.
- Os lucros das empresas deveriam ser redistribuídos.
- Deveria existir apoio para serviços de aconselhamento em matéria de endividamento.
- As taxas de juro deveriam ser reduzidas.

Recomendações

- O rendimento mínimo deve ser aumentado.
- Desenvolver esquemas cooperativos.
- Ensinar gestão de orçamento nas escolas.
- Todos devem ter acesso a uma conta bancária.





Na sequência dos workshops, os delegados reencontraram-se na sua delegação a fim de debater e de reunir algumas considerações procedentes

das sessões de trabalho. Estas foram apresentadas por cada delegação em sessão plenária.

Áustria

- Uma garantia mínima que permita a sobrevivência do cidadão.
- Abastecimento de energia para todos: energia sustentável.
- Porque é que a situação se está a deteriorar apesar de todos os esforços.

Bélgica

- Acelerar a construção de habitação social.
- Critérios claros em matéria de habitação
- A Carta para a Protecção dos Direitos dos Consumidores deve ser ratificada pelo Parlamento Europeu.
- A água deve permanecer um serviço público.

Bulgária

- O fosso está a aumentar.
- As políticas sociais devem basear-se na solidariedade.
- Participação de todos os cidadãos.

República Checa

- Elaborar códigos de ética para os empréstimos.
- O salário mínimo deve ser suficiente para viver.
- As pessoas excluídas não devem viver em lugares que estigmatizam: guetos.

Chipre

- Habitação para todos.
- Diferença na qualidade dos serviços.
- As políticas devem visar a erradicação da pobreza.
- A Comissão deve agir sobre Estados em matéria de política de habitação, melhoria dos serviços básicos e um rendimento mínimo para todos os cidadãos.

Dinamarca

- É necessário melhorar o sistema público de saúde.
- É necessário estabelecer um limiar oficial para a pobreza.
- A habitação deve ser mais barata.



- É necessário oferecer uma ajuda adequada aos desempregados que procuram um alojamento.

Finlândia

- Habitação para todos.
- Simplificação do sistema administrativo: balcão único.
- Participação nos debates.

Alemanha

- Desenvolvimento de padrões sociais em todos os Estados-Membros.
- Apelo à transparência relativamente ao *follow up* dos Encontros Europeus.

Grécia

- Acesso aos serviços sociais para todos.
- Criar esquemas de rendimento mínimo em todos os Estados-Membros que contribuam para poder viver em dignidade.
- Habitação para todos.
- Atribuir a cidadania grega aos imigrantes da segunda geração.

Hungria

- Acesso à energia: tarifas sociais e proibição de cortes.
- Informação correcta sobre os direitos sociais.
- Instaurar um sistema de rendimento mínimo para uma vida digna.

Irlanda

- Utilizar casas vazias.
- O sobreendividamento é um problema europeu com origens múltiplas que gera problemas graves. É necessário portanto desenvolver um programa eficaz.

Itália

- As pessoas em situação de pobreza não querem mais ser chamados de “pessoas em situação de pobreza” mas de “cidadãos temporariamente desfavorecidos”.
- Garantir os serviços básicos.
- A participação.
- Nascer na pobreza não deve ser uma sentença de vida.
- Respeito para todos.
- Todos devem participar na construção de uma sociedade melhor.

Lituânia

- Existem muitas casas vazias nas aldeias.



- Os preços da energia são elevados e vão continuar a aumentar. A electricidade é uma necessidade básica, não um luxo.

Luxemburgo

- Desejam ser informados da evolução dos progressos entre 2009 e 2010.
- Melhorar o conhecimento sobre a pobreza nas escolas.

Malta

- O preço elevado das rendas é desproporcional aos rendimentos.
- Problemas de rendimento.
- As necessidades básicas (saúde) não são garantidas. Lista de espera nos hospitais públicos e os serviços médicos privados são caros.
- A energia é cara.
- O número de imigrantes que chegam à Malta está a aumentar. Não se pode ajudar todas as pessoas.
- Em 2010, precisamos de celebrar progressos e não regressões.

Holanda

- Cada cidadão europeu merece uma vida digna com uma habitação digna, bons cuidados de saúde e um rendimento digno.
- As crianças devem poder desenvolver-se plenamente.

Noruega

- Organização de uma campanha nacional contra agências de cobrança e diminuição das despesas de instalação e ligação de contadores.
- Convocar os meios de comunicação social.

Polónia

- Compreensão mútua.
- Cada um quer viver uma vida decente, ter uma casa.
- Os funcionários são corruptos.
- Há demasiadas casas vazias.
- O Estado deve adoptar uma abordagem holística aos imigrantes chechenos.

Portugal

- Um fosso enorme entre o valor das rendas/prestações e os rendimentos.
- Necessidade de repensar o apoio social.
- Inserir as pessoas em casas recuperadas, integrá-las no resto da sociedade para evitar a criação de bairros gueto.



- Falta de técnicos de saúde (médicos de clínica geral e de especialidades) que é mais grave em localidades pequenas e nos meios rurais;
- Necessidade de formação cívica por parte dos médicos visto que alguns revelam preconceitos no tratamento de alguns pacientes (ex.: seropositivos)

Roménia

- Garantir um rendimento mínimo decente para todos; não devemos ter que escolher entre a saúde e a água.
- Encontrar um apartamento é um luxo. A habitação social não é acessível e frequentemente degradada.

Eslováquia

- Devem ser garantidas prestações sociais decentes.
- Os governos nacionais tomam pouco em conta as situações nacionais é por isso que a União Europeia deve intervir com directivas.

Espanha

- Os Ministros devem trabalhar conjuntamente para políticas sociais. Os assuntos sociais devem ser *mainstreamed* em todas as esferas políticas.
- Elaborar objectivos e estratégias de participação.
- Há um longo caminho a percorrer, mas estamos a avançar.

Suécia

- Necessidade de uma decisão política a nível europeu: direitos humanos para todos os seres humanos.
- As pessoas em situação de pobreza devem ter o *empowerment* e o dinheiro para sair da pobreza.

Reino Unido

- Porquê por as pessoas na prisão por dívidas?
- É necessário um rendimento decente para todos.



Após a apresentação, em sessão plenária, das conclusões dos *workshops* por parte de cada delegação, seguiu-se um debate entre delegados e convidados, incluindo Vladimir Spidla, Comissário Europeu para o Emprego, Assuntos Sociais e Igualdade de Oportunidades, Czeslaw WALEK, Ministro Parlamentar para os Direitos do Homem e as Minorias Nacionais (República Checa), Brigitte WEINDNADY, do Comité de Protecção Social, Juan Carlos MATO, Director da Inclusão Social, Ministério da Saúde e da Política Social (Espanha) e Ludo HOREMANS, Presidente da EAPN.

Reacções

A delegação alemã declara que está a lutar por uma mudança, não só para eles mas para todos. Colocou a questão: que acções resultaram das resoluções precedentes? O que é que acontece quando os Encontros acabam? É importante organizar encontros a nível nacional em todos os Estados-Membros.

Os delegados do Luxemburgo questionaram os progressos alcançados, o que lhes daria coragem para avançar. “Quando se chega aqui, sentimo-nos um pouco perdidos. Estamos aqui sentados porque fizemos trabalho nos nossos países. Temos que levar daqui alguma coisa para os nossos países” declararam.

Para um membro do Comité de Protecção Social nunca teria sido possível declarar 2010 Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social, sem os Encontros Europeus. A nível nacional, as pessoas em situação de pobreza devem participar mais na elaboração dos Planos Nacionais de Acção para a Inclusão.

A delegação dos Países Baixos considera que a crise económica é uma desculpa para não darem nada aos pobres. Apelaram a que a energia retorne ao sector público e pede que o Comité de Protecção Social acolha no seu seio peritos de experiência.

Para um convidado francês, o pleno emprego já não é uma solução. É necessário, portanto, promover o auto-emprego. O microcrédito é também um desafio para a Europa, uma vez que envolve os actores sociais e os bancos. Aqui, o diálogo é importante, ser ouvido é essencial.

A delegação italiana quer mais Europa nos Estados-Membros. Esta questão pode ser interpretada de duas maneiras. Em primeiro lugar uma ajuda mais evidente da União Europeia aos Estados Membros na luta contra a pobreza e a exclusão social. Depois, uma maior visibilidade no controle e na verificação de como estão a funcionar os Estados-Membros. A situação na Itália é inaceitável, dizem os delegados: a luta contra a pobreza tornou-se numa guerra contra os pobres. É por isso que gostariam de salientar a violação dos direitos humanos de que são vítima os imigrantes. A Itália recebe numerosos imigrantes mas recusa também numerosas embarcações cheias de imigrantes ou coloca-os em campos, onde a Convenção de Genebra não é respeitada. O governo está a violar esta Convenção. Mancha a imagem de uma Europa civilizada que deve garantir os Direitos do Homem.

A delegação deseja que a União Europeia se comprometa mais na definição de políticas em matéria de imigração. A



delegação refere igualmente que, há alguns dias atrás, o Parlamento Italiano votou uma lei que obriga a que sejam mantidos registos sobre os sem abrigo. As comunidades ciganas tinham já sido registadas, é agora a vez dos sem abrigo.

A Europa tem que apoiar inteiramente as políticas, exercer um controlo e considerar sanções, nomeadamente contra a colocação forçada das comunidades ciganas em acampamentos.



Vladimir SPIDLA, Comissário Europeu do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades

Não temos outra opção se não a de progredir para uma Europa mais igualitária que não deixa ninguém à margem. Gostaria de salientar três pontos em particular, sobre como devemos enfrentar este desafio. O primeiro é que, no contexto da actual crise, temos que apoiar os grupos mais vulneráveis. Temos que fazer face a um conjunto de circunstâncias radicalmente diferentes. As últimas previsões publicadas pela Comissão confirmam-no: a crise económica é grave e deverá prolongar-se. A Comissão prevê que a recessão económica resultará na perda de empregos (8,5 milhões). Os Estados-Membros e a Comissão tiveram que reagir a esta situação de forma urgente. Mil milhões de euros têm vindo a ser gastos para sustentar o sistema bancário, relançar a economia e preservar o emprego. A Comissão prevê igualmente um aumento muito forte das despesas da protecção social, que deverão aumentar cerca de 3 pontos do PIB em 10 anos, na União Europeia.

Para além destes números espantosos, o custo humano da crise é ainda difícil de avaliar. Os jovens, os trabalhadores mais idosos e os imigrantes são imediatamente atingidos. Mas outros grupos, até agora imunes, estão igualmente a ser afectados. O aumento do desemprego significa que algumas pessoas não conseguem fazer face aos seus empréstimos e vêem-se ameaçados pela execução das hipotecas. Outros caem no sobreendividamento ou vêem recusado o seu acesso ao crédito. Existe um enorme risco de voltarmos a atingir níveis elevados de desemprego de longa duração. As crises precedentes

mostraram que os que permanecem fora do mercado de trabalho por muito tempo encontram grandes dificuldades em reintegrarem-se.

Devemos fazer um esforço tremendo para que, apesar da crise, os nossos cidadãos, incluindo os mais vulneráveis, continuem a participar plenamente na sociedade. Isto depende da capacidade de cada um “agarrar” a possibilidade de reingressar no mercado de trabalho quando surge esta oportunidade. Para que tal aconteça, é necessário ajudar as pessoas a voltarem ao mercado de trabalho e um apoio ao rendimento através do subsídio de desemprego e dos mínimos sociais. Mas estes benefícios não são suficientes para terem uma vida digna nas nossas sociedades. As pessoas têm que ter acesso a uma casa, a serviços de saúde, dinheiro para se descolarem e acesso aos serviços bancários.

Infelizmente o acesso à habitação é ainda, muitas vezes, precário para muitos. Outros encontram dificuldades para fazer as suas compras diárias ou receber o salário porque não têm acesso aos serviços bancários básicos. Os testemunhos apresentados durante estes dias, reforçaram a ideia de que é necessário combater a pobreza em várias frentes, nomeadamente ao nível de áreas fundamentais como: a habitação, a formação, a inclusão financeira e o acesso aos serviços.

O segundo ponto no qual gostaria de insistir é que, devemos continuar a lutar contra a pobreza e a luta para reduzir as diferenças nos níveis de vida entre os Estados-Membros.



A União Europeia acaba de adoptar um novo indicador de pobreza que se refere às condições de vida. Este indicador tem como alvo aqueles cujo dia a dia é fortemente afectado por uma falta de recursos, pessoas que, por exemplo, não têm dinheiro suficiente para pagar o aluguer da sua casa ou as contas de energia para aquecer as suas casas ou fazer face a despesas imprevistas, para comer carne ou para comprar uma máquina de lavar ou um carro.

Segundo este novo indicador, cerca de 16% dos Europeus vivem em condições difíceis. Mas na Polónia, Letónia e Lituânia, mais de 40% da população é afectada. Para estes, o impacto da crise faz-se sentir ainda mais duramente.

Este indicador reflecte as diferenças no nível de vida que persistem entre os Estados-Membros. Recordam-nos, por exemplo, que a União Europeia tem um papel essencial a desempenhar para promover uma maior coesão económica, social e territorial dentro das suas fronteiras. É essencial que as nossas políticas de luta contra a pobreza sejam ancoradas no conjunto das políticas e instrumentos de coesão social.

Por último, gostaria de insistir na necessidade de nos envolvermos todos na luta contra a pobreza. Os anos vão passando, mas a nossa mensagem permanece mais forte do que nunca. As pessoas em situação de pobreza têm o direito a ter voz e essa voz tem que ser escutada.

O confronto com a realidade, através do Encontro que hoje termina, desempenha um papel importante. Contamos igualmente com a implicação de todos, de

modo a fazer de 2010 - Ano Europeu de Luta contra a Pobreza e a Exclusão Social uma etapa importante na erradicação desta calamidade.

V. SPIDLA prosseguiu dizendo:

O que é importante no que respeita à estratégia da União Europeia e o que está expresso, muito claramente, nos documentos, é que não devemos permitir que a crise se torne uma desculpa para enfraquecer os sistemas de segurança social e atingir os grupos mais vulneráveis. Isto faz parte de todas as estratégias e documentos da União.

No que respeita ao sector bancário, todas as medidas que propusemos referiam-se à estabilização do sistema. Esperamos um aumento do financiamento da segurança social de 3% ou seja de 10 mil milhões de euros, dirigidos às pessoas desfavorecidas. Têm razão, é necessário encontrar um equilíbrio e convém libertar os fundos necessários. Falou-se dos aspectos bancários mas evidentemente há também os aspectos sociais. (...)

Penso que o debate ilustrou claramente que o fenómeno da pobreza continua presente nos países ricos. Infelizmente, penso que este fenómeno vai continuar a existir no futuro. Gostaria de sublinhar que compreendemos o problema e que desejamos ajudá-los, apesar das limitações de competências. Desejava, igualmente, sublinhar que a maior parte do que foi dito ou escrito sobre energia e a precariedade energética são pontos que foram abordados no debate. Estes são documentos muito importantes porque ilustram problemáticas chave e deve-se prestar-lhes a devida atenção.



Dispomos de uma Estratégia Europeia para a inclusão social que inclui igualmente o conceito de rendimento mínimo. Penso que deveríamos trabalhar mais afincadamente sobre esta questão. Convém colocar esta prioridade no topo da agenda, nomeadamente para 2010. O que necessitamos é de uma vontade política e de poder para resolver este problema.

O que é igualmente claro nos documentos relativos à crise, é que a Comissão está a tentar ajudar os Estados-Membros a fim de moderar o impacto social da crise económica e financeira. Isto é inteiramente verdade, no entanto, a nossa margem de manobra é bastante limitada, no contexto europeu. Precisamos de um apoio político muito forte. Espero que os resultados e as conclusões deste 8º Encontro ajudem na consolidação dos nossos esforços.

A maior parte das discussões têm lugar ao nível dos Estados-Membros. Penso que a União Europeia ainda goza de alguma margem de manobra. A UE tem a capacidade de elaborar normas mínimas porque o Tratado assim o permite. Devemos igualmente utilizar e consolidar mais o Método Aberto de Coordenação, assim como os diversos Fundos Europeus.

Como disse antes, a insegurança energética é uma questão chave, é um tema que fará parte da minha agenda futura.

Czeslaw WALEK, Ministro para os Direitos do Homem e das Minorias Nacionais – República Checa

Penso que o objectivo deste Encontro não consiste em resolver os vossos problemas. Compreendo a frustração que sentem porque não conseguimos encontrar

soluções para esses problemas. Encontros como estes deveriam igualmente ser organizados a nível nacional. Todas estas questões necessitam de ser tratadas primeiro a nível nacional.

O que, particularmente, me preocupa é o sobreendividamento. O nosso ministério lançou já um processo para trazer mais transparência na forma de tratar a problemática do sobreendividamento. No futuro, vamos colaborar com o Ministério do Emprego e dos Assuntos Sociais. Espero que estejamos em condições de trazer mudanças legislativas que permitam aos cidadãos checos ultrapassar os seus problemas de endividamento. (...)

Como foi repetidamente dito, o principal papel deste tipo de conferência consiste em ouvir aquilo que as pessoas em situação de pobreza têm para dizer, pessoas que conhecem a pobreza no seu quotidiano. Durante estes dois dias de trabalho, ouvi numerosos testemunhos. Posso imaginar que partilhar este tipo de experiências com uma grande assembleia, exige coragem e que os participantes se sentiram provavelmente frustrados quando não obtiveram a resposta que esperavam daqueles que estão à vossa frente.

No que me diz respeito, foi essencial para mim ouvir os vossos testemunhos porque me permitiram compreender melhor as vossas realidades. No âmbito do meu trabalho, sou confrontado com a realidade dos bairros nos quais estão concentradas as comunidades ciganas. Estou convencido que as medidas que propusemos ao governo deveriam ser aplicadas a todas as pessoas em situação de pobreza e não apenas às minorias.



Desejava chamar também a vossa atenção para o extremismo. Penso que a pobreza, às vezes, pode ser uma “receita” para o extremismo. A crise que vivemos no momento pode causar fortes danos. Penso que a melhor reacção a isto é permitir às pessoas que se sintam seguras. Os extremismos são um verdadeiro perigo, uma catástrofe contra a qual deveremos lutar no futuro. Os diferentes Estados devem resistir a estas reacções extremas e devem assegurar-se que estes movimentos extremistas são extintos. Mas os Estados devem, igualmente, promover todas as medidas que visam a erradicação pobreza e da exclusão social, especialmente num momento de crise económica e financeira, quando existe um potencial aumento dos movimentos extremistas.

Muitos participantes expressaram a sua frustração, a propósito da falta de informações relativas aos progressos efectuados. Isto será abordado, através da apresentação das conclusões do Encontro, no Outono, na Suécia, aquando da Mesa Redonda. É desnecessário dizer que nem todos os problemas que enfrentam podem ser resolvidos nas estruturas existentes. No entanto, é importante ouvir os vossos problemas porque temos que começar a procurar novas soluções. A reunião na Suécia deverá ajudar-nos, nesse sentido.

Congratulo-me com a decisão de Espanha em organizar o 9º Encontro de Pessoas em Situação de Pobreza.

A Presidência Checa vai promover a vossa participação na procura de soluções para o fenómeno da pobreza. O essencial, é organizar debates a nível nacional. Muitos Estados-Membros estão já a debater a questão, mas na República Checa não

evoluímos muito neste domínio, embora, o nosso envolvimento neste Encontro tenha estimulado encontros similares a realizar no nosso país [na República Checa].

Brigitte WEINANDY, Comité da Protecção Social

A forte representação de membros do Comité da Protecção Social confirma a importância que este Comité atribui ao que vocês têm para dizer. As vossas conclusões são abrangentes e ultrapassam o domínio social. É-me impossível comentá-las em detalhe.

Aquando de uma recente reunião do Comité de Protecção Social, Jérôme Vignon, Director na Comissão Europeia, sublinhou que “a dimensão social não pode ser abordada só por políticas sociais”. É com base nesta declaração que pretendo alicerçar a minha curta intervenção.

Os trabalhos e as reflexões do Comité de Protecção Social têm cada vez mais a ver com, o que é conhecido, por avaliação do impacto social das políticas. Este significa que, antes da formulação de qualquer política, social ou de outro âmbito, é conveniente avaliar o seu possível impacto social. Trata-se de um instrumento extremamente importante que poderia conduzir a melhores políticas, capazes de responderem às vossas expectativas. Seria portanto útil que as vossas conclusões fizessem referência a este instrumento.

De seguida, gostaria de retornar, resumidamente, às observações feitas por algumas delegações, nomeadamente a que se refere ao sentimento aqui exposto no que respeito à falta de *follow up*. Gostaria de responder a esta questão



porque penso que existem, pelo menos do ponto de vista do Comité de Protecção Social, alguns exemplos que me permitem ter uma visão menos pessimista. Em primeiro lugar, no vosso Encontro, em 2008, falou-se de problemas em matéria de habitação e de acesso aos serviços básicos. Entre estes serviços básicos incluíram correctamente os serviços sociais e falaram da importância da garantia de um rendimento mínimo.

Gostaria de vos dizer que tem vindo a ser realizado trabalho, ao nível destas três reivindicações chave, e foram também alcançados progressos nestas questões. Por exemplo, ao nível da habitação, todos os Estados-Membros foram chamados a apresentar, até de Junho de 2009, a sua política em matéria de habitação, respondendo a um questionário do Comité de Protecção Social, referindo o que estão a fazer em matéria de acesso e qualidade da habitação. As respostas a este questionário serão avaliadas pelo Comité de Protecção Social. O objectivo desta avaliação, é desenvolver, no âmbito do Comité, uma visão comum que poderia ajudar-nos, em todos os Estados-Membros, a desenvolver políticas mais eficazes, capazes de servir melhor todos aqueles que são confrontados com a exclusão em matéria de habitação.

No que diz respeito aos serviços e mais particularmente aos serviços sociais, o Comité de Protecção Social está a trabalhar com a Comissão na elaboração de um quadro de trabalho de qualidade para estes serviços, que poderia servir de guia para os Estados-Membros, com o propósito de fixar normas de qualidade. Esta é outra abordagem que visa melhorar o acesso aos serviços sociais, em todos os Estados-Membros.

Por último, sublinharam a importância da existência de um rendimento mínimo garantido. Em Dezembro de 2008, o Conselho adoptou os princípios comuns em matéria de inclusão activa. Estes princípios incluem o rendimento mínimo garantido. Uma das atribuições do Comité de Protecção Social é definir uma metodologia para monitorizar a aplicação dos princípios comuns de inclusão activa nos Estados-Membros. Não há apenas a decisão política sobre importantes princípios comuns mas existe também, um trabalho sério que visa dar conta do que tem sido feito em resposta a estes princípios. Os progressos podem ser por vezes lentos e fazem-se com pequenos passos. Sei que os cidadãos que vivem em situação pobreza não podem esperar, mas sei também que, o Comité de Protecção Social é uma das instituições europeias mais comprometidas em incentivar estes progressos.

Juan Carlos MATO, Director da Inclusão Social, Ministério da Saúde e da Política Social – Espanha

Uma das questões que foi várias vezes levantada neste 8º Encontro diz respeito à melhoria do nosso trabalho. Trata-se, não somente, de trabalhar melhor no âmbito dos Encontros, mas também no âmbito das actividades nacionais. Falou-se igualmente de melhorar o papel desempenhado pelas autoridades públicas nos vários Estados-Membros mas também, na melhoria do papel da Comissão Europeia e da União Europeia. Disseram-nos que era necessário melhorar a coesão do nosso trabalho conjunto.

Há precisamente uma semana, a EAPN Espanha organizou um encontro. Durante este evento, alguém se levantou e dirigiu-se a mim dizendo: “disse que está aqui



para ouvir, tomar notas e que segue com grande interesse as conclusões dos diferentes encontros. Mas eu não sei o que se passa depois. Na realidade não vejo resultados de um ano para o outro. Não nos dizem quais foram os resultados”. Estas palavras fizeram-me reflectir sobre como melhorar as coisas no meu país. Mas penso que esta reflexão se aplica também ao que fazemos nos Encontros Europeus.

Assim, penso que a partir de agora até ao 9º Encontro, teremos tempo suficiente para gerir este processo. Estou convencido que a Comissão Europeia fará o mesmo. Espero que até lá estejamos em posição de dar informações sobre os progressos alcançados e sobre os limites com os quais tivemos que nos confrontar. Deveremos ser capazes de rever as nossas realizações e os nossos obstáculos. Isto é essencial.

Podemos falar sobre a situação da pobreza nos Estados-Membros porque esta situação manteve-se inalterada. Houve pequenas variações, aqui e ali, mas não houve uma mudança radical.

Actualmente, estamos perante um contexto internacional de empobrecimento. E, apesar das limitações, escassez, etc., temos ainda que evitar que a situação se agrave. Apesar das vantagens das quais dispomos, há também fraquezas. Temos que tirar partido das nossas vantagens porque constituem a pedra angular para a próxima etapa pós-Lisboa. Mas, existem também objectivos que desejamos atingir a nível europeu. Os objectivos que fixamos para todos os cidadãos europeus como parte de um ciclo que começa em 2010, quando a troika das Presidências belga, espanhola e húngara trabalhar

conjuntamente para preparar, com o Conselho Europeu, a era pós-Lisboa.

Neste contexto, isto incluirá comprometermo-nos em dar uma dimensão social mais forte à União Europeia, porque esta dimensão social deve fazer parte da identidade europeia. Não é apenas um ponto de referência para os cidadãos europeus, mas um verdadeiro dever para nós, a fim de podermos alcançar os diferentes objectivos que fixamos, nomeadamente os objectivos do milénio.

Todos estes pontos são essenciais nas conclusões e nos discursos feitos durante o debate. Por exemplo, foi referido o preço da energia. Estas questões colocam-nos perante problemas centrais para a União Europeia, nomeadamente o papel desempenhado pelos serviços de interesse geral mas também pela relação entre o mercado e a coesão social. Todas estas ligações foram claramente referidas. O impacto nas pessoas em situação de pobreza foi salientado.

Em matéria de serviços, houve muitas intervenções sobre saúde. O governo espanhol está igualmente preocupado com a saúde, mas também com todo o trabalho realizado em relação à nova Directiva sobre Serviços e Cuidados de saúde. Os Estados Membros têm os seus sistemas públicos de saúde que consideramos como essenciais para cuidados de saúde equitativos e acessibilidade pecuniária.

Dito isto, há igualmente a dimensão da inclusão activa. Convém elaborar um quadro para a inclusão activa porque, esta está em termos de importância, na mesma proporção que a crise em que vivemos. A presidência sueca, espanhola e belga são



claras relativamente à necessidade de implementar a inclusão activa como uma resposta à actual crise.

Ludo HOREMANS, Presidente da EAPN

Neste Encontro emergiram numerosos pedidos relativos ao *follow up* das recomendações dos Encontros precedentes. Nesta curta apresentação, quero sublinhar alguns aspectos positivos e negativos relativos ao acompanhamento dos Encontros anteriores. Para tal, agrupei as recomendações em 4 temas: Rendimento Mínimo, Serviços, Habitação e Participação.

No que diz respeito ao **Rendimento Mínimo**, gostaria de salientar as seguintes evoluções positivas. A Recomendação sobre a Inclusão Activa, adoptada pela Comissão em 2008, e os princípios adoptados pelo Conselho, em Dezembro, reconhecem o direito a um rendimento adequado para ter uma vida digna. Na sequência desta Recomendação, foi preparado um relatório sobre a adequação dos actuais esquemas de rendimento mínimo nos Estados-Membros.

Para além disso, um dos últimos relatórios a ser adoptado pelo actual Parlamento Europeu é sobre a Inclusão Activa e apoia os objectivos para um rendimento mínimo, que se situa acima do limiar pobreza em todos os Estados-Membros, bem como a necessidade de planos de acção para a implementação desta proposta. A EAPN tem estado particularmente activa nesta matéria e prosseguiu o desenvolvimento da sua campanha para um rendimento mínimo adequado - (www.adequateincome.com) e tem feito lobby em prol do *follow up* das recomendações da Inclusão Activa. Apesar

de reconhecer este quadro positivo que visa realizar progressos, continua a ser importante referir que, na realidade, no terreno, as condições de acesso ao rendimento mínimo degradaram-se, o que influencia negativamente a vida das pessoas que dependem deste tipo de rendimento.

Em relação a **Serviços** acessíveis e a preços razoáveis, gostaria de chamar a atenção para o novo **Pacote Energético Europeu** que retoma a questão da Pobreza energética. Como parte deste pacote, os Estados-Membros são agora obrigados a incluir a redução da pobreza energética nos seus Planos Nacionais de Acção. Além disso, a Recomendação sobre a Inclusão Activa inclui recomendações sobre o acesso a serviços, em particular aos serviços sociais. Houve também um Relatório do Parlamento Europeu que apoia o desenvolvimento de uma Directiva sobre Serviços de Interesse geral. Contudo, não houve uma resposta real ao pedido de efectuar uma avaliação sobre o impacto da liberalização e da privatização dos serviços, bem pelo contrário, existe um apoio amplo a estas políticas.

Uma das recomendações relativas à habitação, emanada do 7º Encontro, era obter **um ano temático sobre a exclusão da habitação e o fenómeno dos sem abrigo** como parte integrante do MAC. 2009 foi designado como tal. Uma outra recomendação era que os **fundos estruturais fossem utilizados para a melhorar o parque habitacional** e constata-se progressos neste sentido, nos regulamentos dos fundos estruturais. Perante destas evoluções positivas, devemos reconhecer a realidade: o acesso à habitação a preços acessíveis tornou-se



um grande desafio e o fenómeno dos sem-abrigo continua a ser uma situação enfrentada por numerosas pessoas na UE. Gostaria também de sublinhar o aumento das expulsões das comunidades ciganas, o que tem um impacto devastador na sua saúde mental e bem-estar físico.

Um dos objectivos centrais dos encontros europeus é promover a **participação**. É claro que estes Encontros constituíram um catalisador que gera encontros similares nos Estados-Membros, encontros que implicam um elevado número pessoas em situação de pobreza. A nível europeu, foram realizados notórios progressos no que se refere à participação das pessoas em situação de pobreza na Mesa Redonda anual sobre a inclusão social, realizada em Marselha (Outubro de 2008). No contexto do MAC social, foi efectuado **um estudo sobre participação e a governança** com vista a estabelecer linhas directrizes para favorecer a participação.

A EAPN aquando do seminário sobre a participação (Abril de 2009) e na sua publicação sobre a participação intitulada: “Pequenos passos, grandes mudanças”, está igualmente a tentar promover uma participação directa, mais forte, das pessoas em situação de pobreza no trabalho desenvolvido pela nossa Organização. Porém, em muitos Estados-Membros há pouco apoio financeiro para a promoção da participação.

Assim, embora tenhamos que admitir que tem havido um impacto reduzido no número de pessoas em situação de pobreza e exclusão social na UE e, embora o fosso das desigualdades esteja a aumentar, os Encontros europeus têm constituído uma fonte de debate de ideias, tendo algumas destas ideias sido

prosseguidas sob a forma de decisões a nível europeu.





Durante as reuniões de preparação do 8º Encontro, os delegados enunciaram objectivos para o ano 2010, Ano Europeu de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social.

- ✓ *Um rendimento mínimo que garanta uma vida decente.*
- ✓ *Boas infra-estruturas sociais: cuidados de saúde, educação, transportes, centros de informação e aconselhamento, actividades culturais.*
- ✓ *Instâncias de decisão política centradas nas pessoas.*
- ✓ *Uma vida melhor para os nossos filhos e netos .*
- ✓ *Qualquer pessoa que trabalhe na Europa possa satisfazer as necessidades da sua família sem depender da ajuda social.*
- ✓ *Desejo que todas as mães que, por qualquer razão, foram obrigadas a separarem-se dos seus filhos, não sejam perseguidas pelos tribunais e que lhes seja dada a oportunidade de trabalhar e reaverem os seus filhos.*
- ✓ *Este processo de diálogo (os Encontros Europeus) deve continuar e que os países devem iniciar um processo semelhante.*
- ✓ *Que a pobreza seja melhor conhecida e compreendida.*
- ✓ *Que os intercâmbios dos “projectos de terreno” sejam organizados pela Europa, de forma a que as pessoas em situação de pobreza possam conhecer outras pessoas e debater como as suas associações trabalham e estão organizadas.*
- ✓ *A indiferença geral é característica dos serviços sociais que não dão aos processos o tratamento devido. As pessoas em situação de pobreza encontram dificuldades para lutar pelos seus direitos, e neste combate, porque são mais fracos, são esmagados.*
- ✓ *Colocar o ser humano no centro de um projecto de sociedade baseada no respeito, na dignidade, na solidariedade e na cidadania activa.*
- ✓ *Trabalho e recursos que permitam uma vida digna.*
- ✓ *Que 2010 seja o ano de bons programas de habitação, para os Roma e todos os outros grupos desfavorecidos.*
- ✓ *Que 2010 seja o ano em que a Itália iniciará um esforço para reduzir o fosso entre as políticas sociais nacionais e as dos outros estados membros.*
- ✓ *Um diálogo directo com os representantes governamentais.*
- ✓ *Um serviço de saúde mínimo!*
- ✓ *Habitação condigna a preços acessíveis.*
- ✓ *Habitação social com rendas acessíveis.*
- ✓ *Mais apoio para fazer face ao custo da água e da electricidade.*



- ✓ Queremos ser ouvidos.
- ✓ Queremos estar em “pé de igualdade”.
- ✓ Renovar a habitação degradada.
- ✓ Direito a um alojamento digno.
- ✓ Os valores humanos são mais importantes que o dinheiro.
- ✓ Aumentar o rendimento mínimo.
- ✓ É necessário parar a exclusão dos direitos, dos serviços básicos e do acesso ao conhecimento.
- ✓ Queremos ser tratados como iguais, indivíduos independentes e queremos ser envolvidos.

Os objectivos que seguidamente se apresentam foram reiterados na Sessão de Encerramento do Encontro e foram afixados na **árvore dos objectivos 2010**.

- ✓ Todos devem ter acesso a uma habitação a preços acessíveis.
- ✓ Cada cidadão deve ter acesso a um sistema financeiro
- ✓ Esperança para os filhos de pais pobres de modo que cada um possa viver uma vida digna.
- ✓ Esperança que as políticas sociais tornem possível “uma vida mais sorridente”.
- ✓ Criação de lojas sociais.
- ✓ Solidariedade entre as pessoas.
- ✓ Construção de apartamentos sociais.
- ✓ Criação por parte das ONG de uma Agência Imobiliária Social.
- ✓ Combater a pobreza em cooperação com outros.
- ✓ Baixa dos impostos e das taxas
- ✓ Diminuir o fosso entre os rendimentos e as rendas.
- ✓ Uma melhor distribuição da riqueza.
- ✓ Que a União Europeia nos proteja.
- ✓ Um plano para combater a pobreza
- ✓ Atingir os objectivos em 2010, progredir. Passar das palavras às acções.
- ✓ O governo deve ajudar as pessoas em situação de pobreza a realizar os seus sonhos
- ✓ Uma União Europeia com direitos sociais iguais em todos os Estados-Membros
- ✓ Fazer ouvir a nossa voz.
- ✓ Soluções concretas para os problemas.
- ✓ O desejo e esperança devem ser transmitidos à próxima geração. Trata-se de partilhar o sonho de um mundo melhor para continuar a olhar com confiança o futuro que nos espera.
- ✓ Necessidade de serviços acessíveis e mais igualdade entre as pessoas



- ✓ *Energia mais barata para gerir fábricas que criam emprego.*
- ✓ *Todos os cidadãos devem ter uma casa. Igualdade para todos os cidadãos*
- ✓ *O Direito à habitação para todos.*
- ✓ *Água acessível a todos.*
- ✓ *Energia para todos.*
- ✓ *Colocar o ser humano no centro de um projecto de sociedade*
- ✓ *Implementar um rendimento mínimo em todos os Estados-Membros.*
- ✓ *Intercâmbios entre as organizações europeias.*
- ✓ *Formar os trabalhadores sociais para lidar efectivamente com os beneficiários.*
- ✓ *Criar serviços de mediação.*
- ✓ *Conferência em 2010 para melhorar o conhecimento sobre a pobreza.*
- ✓ *Dar maior ímpeto aos processos de luta contra a pobreza.*
- ✓ *Os trabalhadores por toda a Europa devem ser capazes de sustentar a sua família.*
- ✓ *Resolução do problema cipriota.*
- ✓ *Todas as políticas europeias devem garantir justiça, luta contra a pobreza e bem-estar.*
- ✓ *Renovar o objectivo de erradicação da pobreza no horizonte de 2020 com indicadores de progresso.*
- ✓ *Aplicação do MAC.*
- ✓ *Viver, não apenas sobreviver...*
- ✓ *Melhorar a vida do dia-a-dia*
- ✓ *Habitação decente*
- ✓ *Acesso aos serviços bancários para todos.*



Lista de Participantes



Áustria

Mr Michael SCHUTTE - Strassenzeitung Augustin
Ms Frieda STOCKINGER - Arbeitlose helfen Arbeitlosen
Ms Waltraud LEHNER - Strassenzeitung Augustin
Mr Rudolf LEHNER - Strassenzeitung Augustin
Mr Karl FRANK - Zum Alten Eisen

Bélgica

Mrs Nicole TONNEAU - Forum bruxellois de lutte contre la pauvreté
Mr Daniel MEULEMAN
Mr Michaël RENAULT - Réseau wallon de lutte contre la pauvreté
Mrs Solange DRAYE - Droit au Logement - Liège
Mr Paul ROSIERS - Rech op – Borgerhout

Bulgária

Ms Maria JELIAZKOVA - EAPN Bulgária
Mrs Irina KOLYANDOVA - EAPN Bulgária
Mrs Zafirka BICHAKOVA - From the spring
Mr Simeon BLAGOEV - Parliament Roma
Mr Petar GEORGIEV - Parliament Roma

República Checa

Mrs Dagmar KOČMANKOVÁ - Nový Prostor o.s.
Mrs Lenka PIRMA - Salvation Army
Mr František CERNOCH - Salvation Army
Mrs Jaroslava MAREŠOVÁ - Salvation Army
Mrs Jarmila PÍCHOVÁ - Consultancy for financial problems

Chipre

Mrs Ninetta KATZANTZIS - EAPN Cyprus
Mrs Efrosini APOSTOLIDOU - Pancyprian Coord. Com. For protection & welfare of children
Mrs Anna ASPRI - Women's Movement
Mrs Chandra-Malkanthis - PAPGEORGIOU

Dinamarca

Mrs Dorthe VEJBO - Kofoeds School
Mr René HOLMGREN - Sand
Mr Per KRAGH - Sand
Mr Yoro YOHOU - Kofoeds School
Mrs Solveig BARFOD - TERNDROP Kofoeds School

Estónia

Mrs Pille TEDER - Tallinn Child Support Centre

Filândia

Ms Veikko VAISANEN - EAPN Finland
Ms Tuula KUUSISTO - EAPN Finland
Ms Mirja HINONEN - EAPN Finland
Ms Hannele KURONEN DE FERNANDEZ - EAPN Finland
Mr Ari Pekka KORKALAINEN - EAPN Finland

França

Mr Alain GREUILLET - Armée du Salut - Paris
Mr Cédric DOUX - Armée du Salut, Reims
Mr Houari BRAHIMI - Armée du Salut, Radepond
Mr Frédéric LEFEBVRE - Fondation Abbé Pierre, Valenciennes
Mr Mickaël PRIMAUT - Centre communal d'action sociale, Reims

Alemanha



Ms Erika BIEHN - EAPN Germany
Mr SCHMIEDL Robert
Ms SCHMIDT Dorothée - Single Parents Association VAMV
Mr Jens SCHROTER BAG - Prekäre Lebenslagen
Mr Peter KADIOFSKY BAG - Prekäre Lebenslagen
Mr Wolfgang JECKEL BBI

Grécia

Mrs Elissavet PAGIANNOGLOU - EAPN Greece
Mr Odysseas SIDIROPOULOS - Argo
Mrs Hawah SANKOH - United African Women Organisation
Mrs Oya FIDAN - Greek Council for Refugees
Mrs Giannoula MAGGA - Greek Rom Womens Association

Hungria

Ms Izabella MARTON - Hungarian Anti Poverty Network
Mr Gabor ODOR - Hungarian Anti Poverty Network
Ms Jozsefne REIBER - Hungarian Anti Poverty Network
Ms Andrea SIMON - Hungarian Anti Poverty Network
Ms Eva Szarvak - Hungarian Anti Poverty Network

Irlanda

Ms Kay LYNCH - EAPN Ireland
Ms Mary MASON - Older Wommen's Network
Ms Karen FITZPATRICK - One Family
Mr Michael MACKEY Simon - Galway
Ms AnnieMarie CONNORS - Irish Traveller Movement

Itália

Ms Rosa MATERA - Associazione ASC Europa-Italia
Mr Mirko GRGA - Cooperative Hermes
Mr Antonino PALAIA - Amici di Piazza grande
Mr Francesco FIORETTI - Associazione Enzo Aprea
Ms Oksana BIBLIV - Personal assistant
Mr Giuseppe BATTAGLIA - Associazione Arcobaleno
Mr Ciro NATURALE - Cooperative Nuova Deminsions

Letónia

Mrs Elina ALERE - Skalbes

Lituânia

Mrs Vaida BARANAUSKAITE - Baltinc Foundation Heifer International
Mr Zenonas ANUSAUSKAS - Eiciunai Community
Mrs Loreta BAGDONAITE - Babrungas Community
Mrs Danderute PAKALNISKIENE - Zlibinai Community

Luxemburgo

Ms Mireille CONRATH - Përd's Atelier - Liewenshaaff
Ms Collette ROMAIN - Ligue médico-sociale
Mr Serge STOCKREISER - Co-Labor société coopérative
Ms Sonia ALEIXO - Centre médico social

Malta

Ms Irene SCHEMBRI - EAPN Malta
Mr Carl William SCHEMBRI - Malta Society of the Blind
Ms Shirley Ann MUSCAT - Richmond Foundation
Mr Ernest CHERRETT - Caritas Harm Reduction Shelter Programme

Holanda

Mrs Alida SMEEKES - EAPN NL
Mrs Sanne ELSHOF - EAPN NL
Ms Sonja LEEMKUIL - SAARLOOS Client Council Brummen



Mr Jean Maarten DE MOOY - Client Council IGSD Winschoten
Ms Marleentje MEERTENS - Town Councillor VVD

Noruega

Ms Vigdis VON ELY - Velferdsalliansen
Mrs Berit MATHISEN - Selvhjelpêns Hus
Mrs Hege T MYHREN - Velferdsalliansen Blaalyss
Mrs Julija LANDE PAVLIC - Whistleblowing
Mrs Gry AUNE ASO - Nodrtrondelag

Polónia

Mrs Anna OSINSKA - ATD
Mrs Sylwia LICHOCKA - Monar
Mr Tomasz KOPOCZYNSKI - Monar
Mrs Wanda - Ewa FILIPOWICZ ATD
Mr Dariusz GANCARZ - ATD
Mr Sebastian WILIMOWSKI - Barka

Portugal

Mr Rui LOPES – Rede Europeia Anti-Pobreza/ Portugal
Mr Bruno CRISTOVÃO - Comunidade Terapêutica “Ponte dos Rios
Mr Gil CARVALHO - EAPN Portugal Vila Real
Ms Maria J FETEIRA - Comunidade Terapêutica “Ponte dos Rios
Ms Ana Laura PELUCIO- Desempregada, a frequentar curso superior de enfermagem de veterinária
Ms Adelia FERNANDES - Comunidade Terapêutica “Ponte dos Rios

Roménia

Mrs Andreea RADUT - EAPN Romania
Mr Egidiu CONDAC - Caritas Romania
Mrs Carmen DIACONU - EAPN Romania
Mr Ciprian NICOLA - EAPN Romania

Eslováquia

Mrs Slavomira MAREKOVA - SAPN Ass. For sustainable development of Regions of Slovakia
Mrs Viera DROTOVANOVA -SAPN Ass. For sustainable development of Regions of Slovakia
Mrs Marta JAROSOVA - SAPN Ass. For sustainable development of Regions of Slovakia
Mrs Monika PONEVSKA - SAPN Ass. For sustainable development of Regions of Slovakia
Mrs Maria TOMASOVA - SAPN Ass. For sustainable development of Regions of Slovakia

Eslovénia

Mr Ibrahim NOUHOUM - Eapn Slovenia
Mr Ales HARIS - Drustvo Kralji Ulice
Mr Ivan CENCELJ - Drustvo Nezaposlenih in Socialno Ogrozenih
Mr Alen NOVIT - Drustvo Kutlab Celje

Espanha

Mr Driss SADI - Accem
Mr Jaime OR PERIS - P.A.T.I.M.
Mr Francisco VIGUER MIRALLES - Ass. Percepteurs de Pensions non contributives
Mr Pedro DELGADO - PAUTISTA Valdocco
Mrs Maria R MONTOYA MAYA - Fundacion Secretariado Gitano
Mrs Constanza SERRANO GARCIA - EAPN Spain

Suécia

Mr Willy KARLSON - EAPN Sweden
Mrs Mari NORDSTROM RFHL
Mr Bo GARDBO - Comigen
Mr Goran DAHLBERG - Comingen
Ms Christel INGEMANSSON JANUZI - Comingen

Reino Unido

Mr Rob WALSH - Anti- Poverty Network Cymru



Ms Angie STEPHENSON - Anti-Poverty Network Cymru
Ms Anneliisa SHANAHAN - Anti-Poverty Network Cymru
Ms Caroline HARDY - Anti-Poverty Network Cymru
Mrs Andrea FAULKNER - Anti-Poverty Network Cymru
Mrs Mandy JENKINS - Anti-Poverty Network Cymru

Moderadores

Mrs Letizia CESARINI SFORZA - CILAP Italy
Mr Paul GINNELL - EAPN Ireland
Ms Marja HERMANS - Welzijnzorg, Brussels
Ms Josée GORIS - Anti Poverty Policy Unit, Belgium
Ms Michaela MOSER - Die Armutskonferenz
Ms Marie GUIDICELLI - Fondation Armée du Salut, France
Ms Geneviève COLINET-DUBOIS
Mrs Silke PAASCHE FEANTSA
Mr Henk VAN HOOTEGEM - Service de lutte contre la pauvreté, Belgique
Mrs Laura CALVANELLI - Caritas Firenze
Mr Olivier MARGUERY - Fondation Armée du Salut, France
Mr Sergio AIRES - EAPN Portugal

Presidente

Mr Martin ZARSKY, Head Department of Social Services and Social Inclusion, Czech Republic

Oradores

Mr Marian HOSEK - Deputy Minister for Social Policy, Social Services and Family Policy, Ministry of Labour and Social Affairs, Czech Republic
Mrs Eva SZARVAK - Hungarian delegate from the 7th EU Meeting
Mr Vladimir SPIDLA - European Commissioner for Employment, Social Affairs and Equal Opportunities
Mr Czesław WALEK - Deputy Minister for Human Rights and National Minorities, Czech Republic
Mr Juan MATO - Director General of Social Inclusion. Ministry of Health and Social Policy, Spain
Mr Ludo HOREMANS - President of EAPN

Governo Checo

Mrs Dana HACAPERKOVA - Ministry of Labour & Social Affairs
Mrs Radek SUDA - Ministry of Labour & Social Affairs
Mrs Jana RIHOVA - Ministry of Labour & Social Affairs
Mrs Zuzana ZAJAROSOVA - Permanent Representation to the EU, Social attaché
Mrs Miroslav FUCHS - Permanent Representation to the EU, Social & labour Counsellor

Governo Espanhol

Mrs Dolores RUIZ - Deputy Director of Social Programs
Mrs Delmira Seara - Spanish Permanent Representation

Governo Belga

Mr Jean-Marc DELIZEE - Secrétaire d'Etat à la Lutte contre la Pauvreté, Belgique
Mr Julien VAN GEERTSOM - Public Planning Service for Social Integration, Belgium
Ms DEMEYER Magda - Secrétariat d'Etat à la lutte contre la pauvreté, Expert, Belgique
Mr VANDENBUSSCHE Johan - Ministère de l'Intégration sociale, Belgium
Ms Muriel RABAU - Ministère de l'intégration sociale, Belgium
Mr Denis STOKKINK - Pour la Solidarité, EU Think Thank

Comité de Proteção Social

Ms Karin ZETLITZ - Ministry for Labour and Social Inclusion, Norvège
Mrs Marie KEIRLE - Ministère du travail, des relations sociales, de la famille et de la ville, France
Mrs Brigitte WEINANDY - Ministère de la Famille & de l'Intégration-Service national d'action sociale, Luxembourg
Mrs Anne JOUBERT - DGAS Ministry for Labour - Head of Prevention, Inclusion & access to rights Dept.
Dr Eva FRANZEN - Ministry of Health & Social Affairs, Sweden
Mrs Elisabet ALDENBERG - Ministry of Health & Social Affairs, Sweden
Mrs Patrizia MIGNOZZETTI - Ministère du Travail, de la Santé et des politiques sociales, Italie
Mrs Andreas SCHALLER - Federal Ministry for Labour, Social Affairs & Consumer Protection, Austria
Mrs Maeve O'SULLIVAN - Office for Social inclusion, Dept of Social & Family Affairs, Ireland



Mrs Maja PINTAR - Ministry of Labour, Family & Social Affairs, Slovenia
Mr Jaakko ELLISAARI - Ministry of Social Affairs & health, Finland
Mrs Karen DEEMING - Department for Work and Pensions, UK
Mrs Alda Teixeira Gonçalves - Social Security Institute, Portugal
Mrs Mary Grace VELLA - Social Inclusion Office, Malta

Parlamento Europeu

Mrs Gabriele ZIMMER
Mrs Philine SCHOLZE Greens - EFA in the European Parliament

Comissão Europeia

Mr Jérôme Vignon - Directeur DG Employment, Social Affairs & equal opportunity
Mr Antoine St Denis - Policy Administrator.
Mr Michele Calandrino - Policy Administrator - Active Inclusion/Housing.
Mr Peter Lelie Policy Coordinator - Social Inclusion Unit
Mrs Antonia Carparelli Head of Unit - Social Inclusion
Ms Huckert Nicole - Communication assistant
Mrs Anne Degrand-Guillaud - EU Commission, Head of Task Force
Ms Marie-Anne Paraskevas - EU Commission DG Employment, Principal Administrator
Ms Agata D'ADDATO - EU Commission DG Employment Trainee
Mrs Maris ILVES - EU Commission, DG Markt
Mr Daniel KOSICKI - EU Commission, DG Markt
Mrs Eleni TAMPAKI - EU Commission, DG SANCO
Mr Ishtiaq GHAFOR - EU Commission, DG SANCO
Mrs Simona STAIKOVA - EU Commission, DG Sanco

Académicos

Mr Hugh Frazer - National University of Ireland, Maynooth
Mr Eric MARLIER - CEPS/INSTEAD Research Institute
Ms Fran BENNETT - University of Oxford, Senior Research Fellow
Mrs Danielle DIERCKX - University Antwerp -Centre on Inequality, Poverty, Exclusion and the City
Mr Ramon PENA - CASAS European Social Observatory

ONGs

Mrs Claire Roumet - CECODHAS
Mr Freek Spinnewijn - FEANTSA
Mrs Charlotta ODLIND - FEANTSA
Mrs Carlotta Besozzi - European Disability Forum
Mr Pierre BAUSSANT - SocialPlatform
Ms Michèle LeVoy - PICUM
Mr David ANDRES VINAS - Solidar
Mr Micheal Johnson - Eurodiaconia
Ms Mafalda LEAL EUROCHILD - Policy Officer
Mrs Marie-Cécile RENOUX ATD - Quart Monde
Mr Martin SCHMALZRIED - COFACE

Autoridades Locais

Ms Anna DROZD - EUROCITIES
Mr Philippe GUICHANDUT - Eurofinance Microfinance Network
Mrs Dorota TOMALAK - European Social Network

Instituições UE

Ms Klara FOTI - EU Foundation Improvement of Living & Working conditions
Mrs Brenda KING EESC - European Economic and Social Committee

Parceiros Sociais

Mrs Penny CLARKE - EPSU

Representantes de outros actores relevantes

Mr Guillermo SCHNEEBERGER - Mensajeros de la Paz
Mr David SMEJKAL - Debt Advisory Center, Czech Republic
Père Guy GILBERT - La Bergerie du Faucon, France



Mrs Lydie GAUTIER - Pour la Solidarité, European Think Tank
Mr Bruno ROSSI - Sindacato Pensionati Italiani
Mr Humbert de BIOLLEY - Council of Europe

Relatório final

Mr Léopold VEREECKEN CPAS - Brussels

Coordenação

Mrs Micheline GERONDA - EAPN Project Officer

EAPN

Mr Fintan FARRELL - Director EAPN Europe
Mr Carlos SUSIAS RODADO - President EAPN Spain
Mrs Coralie FLEMAL - EAPN Secretariat
Mrs Sigrid DAHMEN - EAPN Secretariat
Mr Philippe LEMMENS - EAPN Secretariat
Mrs Nellie EPINAT - EAPN Information Officer
Mrs Rebecca LEE - EAPN Secretariat
Mrs Amana FERRO - EAPN Policy Officer
Mrs Sian JONES - EAPN Policy Officer
Mrs Tanya BASARAB - EAPN Development Officer

Intérpretes

Mr Serge FEDERICO - PREFERENCE

Agência de Comunicação

Ms Nicole PALLARD MOSTRA (media)
Ms Alessandra TESTON PLEON (Press)

Agradecimentos

Organizado pela Presidência Checa da UE
Apoiado pela Comissão Europeia e pelo Governo Belga
Organizado com o apoio da European Anti-Poverty Network (EAPN)
Relator: Léopold VEREECKEN
Coordenação: Micheline GERONDAL
Fotografias: Delegações Nacionais
Frank MILLER
Raymond DAKOUA
ISBN 978-2-930252-54-4

A versão original deste relatório foi redigida em francês.